Comunicados do Ipea

Nº 158

# 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?

18 de dezembro de 2012

ipea
Por um Brasil desenvolvido

**Governo Federal**
**Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**
**Ministro** Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**
Marcelo Côrtes Neri

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**
Renato Coelho Baumann das Neves

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**
Alexandre de Ávila Gomide

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto**
Claudio Roberto Amitrano

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**
Francisco de Assis Costa

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura**
Fernanda De Negri

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**
Rafael Guerreiro Osorio

**Chefe de Gabinete**
Sergei Suarez Dillon Soares

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

**Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

# Sumário Executivo

## "2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?"

*O PIB per capita cresce zero contra 2,9% da renda média do trabalho das famílias e 5,4% da mediana, turbinada pela queda sustentada da desigualdade.*

O crescimento brasileiro em 2012 decepcionou, mesmo na comparação com as previsões mais pessimistas. Após sucessivas tentativas de reaquecimento a partir da aplicação de um arsenal de medidas monetárias e fiscais expansionistas, projeta-se um crescimento do PIB em torno de 1% em 2012, e nulo em termos per capita. A frustração do chamado "PIBinho" contrasta com os resultados positivos das pesquisas de opinião recém colhidos. Se quisermos entender esse paradoxo, devemos nos debruçar sobre outras dimensões da experiência humana.

Um bom roteiro é encontrado no livro de 2010 de dois Prêmios Nobel em Economia, Joseph Stiglitz e Amartya Sen, intitulado *"(Mis)Measuring Our Lives"*. O livro reflete as conclusões de uma comissão de notáveis sobre como medir o progresso das sociedades. Buscamos aqui medir o avanço tupiniquim em 2012, utilizando as quatro principais recomendações da comissão. A nossa pergunta básica é: o período de progresso brasileiro observado desde o fim da recessão de 2003 terminou em 2012? Em que dimensões?

**Mediana -** Uma maneira simples e direta de sintetizar os efeitos de mudanças no crescimento e na desigualdade de renda, as duas primeiras dimensões consideradas na comissão, é usar a mediana da renda. Se no período de 2003 a 2011 o PIB e a renda média da Pnad cresceram a taxas de 3,1% e 4,36% ao ano, a renda mediana da Pnad cresceu a 5,94% ao ano. Ou seja, o João da Silva que habita o meio da distribuição de renda brasileira cresceu nesse período a taxas indianas contra as taxas belgas do PIB.

A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias, é ainda maior em 2012 tal como captada pela PME. No terceiro trimestre de 2012, enquanto o PIB cresceu 0,9% e o PIB *per capita* cresceu algo próximo de zero, a renda *per capita* do trabalho média das famílias cresceu 2,93% na mesma comparação com igual período do ano anterior. Já a mediana cresceu 5,4%.

Uma das vantagens da PME é a velocidade, superior a das contas nacionais. Hoje sabemos precisar as taxa de crescimento de média e mediana de 6,8% e 8,75%, respectivamente, na comparação de outubro de 2012 com o mesmo período do ano anterior. A retomada pós terceiro trimestre foi confirmada pelos dados da PME de novembro lançados pelo IBGE na sexta última.

Apesar de suas limitações, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro nos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME. Segundo a Pnad, a

renda do trabalho corresponde a 81% nas seis principais áreas metropolitanas cobertas pela PME. Além disso, a renda de previdência foi impulsionada pelo aumento nominal de 14% no salário mínimo em janeiro de 2012 e pela expansão do Bolsa Família sob a égide do lançamento do Brasil Carinhoso em maio de 2012. De outubro de 2011 a outubro de 2012, já descontada a inflação pelo INPC e o crescimento populacional, o valor real per capita dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS cresceu 6,14% e o do Bolsa Família, 12,2%. Em outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho são conservadoras.

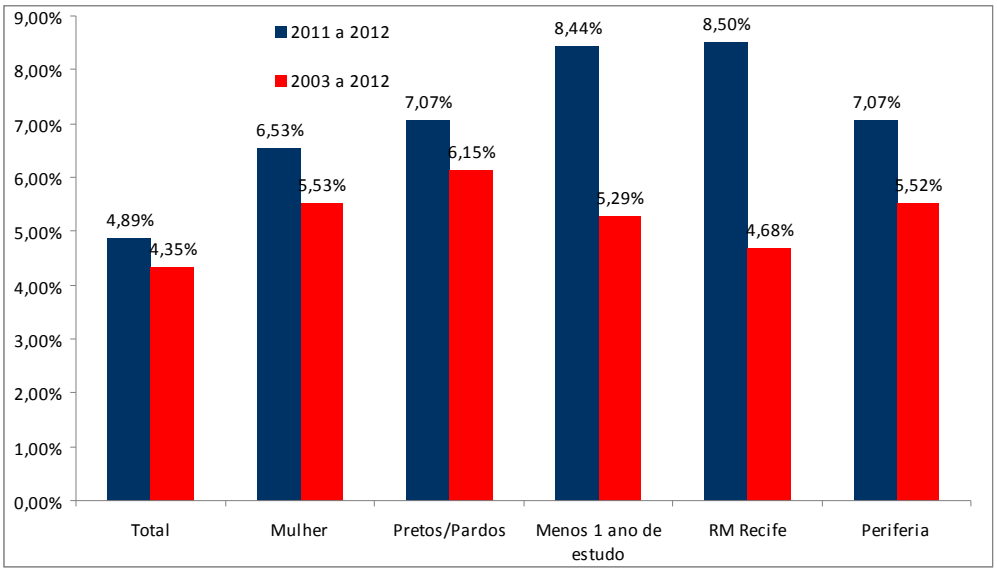
**Detalhando a Desigualdade**

Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. Em um país apelidado de Belíndia, esse tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela. No período de 2003 a 2011, o índice de Gini da Pnad cai a uma média de 1,2% ao ano. De acordo com a PME, no trimestre terminado em setembro de 2012, a desigualdade caiu 1,69% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, uma velocidade de queda 40,5%, ou 0,49 pontos de porcentagem por ano maior. Em cerca de 2/3 dos países do mundo – sejam países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, ou emergentes como a China e a Índia – ocorre o oposto, um aumento da desigualdade.

Exercícios empíricos comparando pessoas iguais em anos diferentes para isolar influências sócio-demográficas observadas mostram que a série de renda controlada desde 2002 teve o seu maior salto entre 2011 e 2012.

Passando à análise por atributos pessoais (e não familiares), a renda individual média pela PME sobe 4,89% de 2011 para 2012 contra a taxa média de 4,35% entre 2003 e 2012. O ano de 2012 se apresentou mais próspero que o período de prosperidade pregresso. Essa diferença em 2012 é particularmente favorável a grupos da sociedade tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros e analfabetos, que crescem a taxas de 6,53%, 8% e 9,6%, respectivamente.

**Taxa de crescimento da renda individual de grupos excluídos (% a.a.)**




Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

**Sustentabilidade** - Outra possibilidade aberta pela estrutura longitudinal da PME ao acompanhar as mesmas famílias ao longo do tempo, é medir o risco associado aos novos

padrões de vida conquistados. Auferimos a proporção de pessoas cruzando a mediana da renda de baixo para cima e de cima para baixo no período de 12 meses.

O risco de regressão cai à metade desde os 24,21% observados na recessão de 2002-2003 chegando a 12,09% entre 2011 e 2012. Já a probabilidade de ascensão sai de 18,39% entre 2002 e 2003 até chegar em 30,11% entre 2011 e 2012. Mais do que um ano de baixo risco de queda das rendas individuais, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida.

**Felicidade -** A quarta e última dimensão preconizada por Stiglitz-Sen é subjetiva, não tendo eco nas estatísticas nacionais. O Ipea foi a campo em outubro de 2012 numa amostra com 3.800 entrevistas representativas do país. O questionário aplica perguntas padronizadas de pesquisas internacionais. Exploramos aqui medições dos níveis de felicidade reportados diretamente pelas pessoas, uma nota de 0 a 10 sobre a respectiva satisfação com a vida corrente.

A pesquisa do Ipea mostra que a nota média de felicidade brasileira hoje é 7,1, o que nos colocaria em 16º lugar entre 147 países do globo segundo dados do Gallup World Poll de 2011 demonstrando avanço frente o 22º lugar entre 132 países em 2006.

**Pesquisa Ipea**

O Ipea aplicou em outubro perguntas padronizadas de questionários internacionais em 3.800 domicílios e confirmou o alto grau de felicidade prevalecente no país. Em uma escala de 0 a 10, os brasileiros dão, em média, nota 7,1 para suas vidas. Esse nível colocaria o país em 16º lugar entre 147 países pesquisados no Gallup World Poll, que apontava uma felicidade média de 6,8 no Brasil em 2010.

Mais dinheiro no bolso talvez traga alguma felicidade. A nota média de satisfação com a vida de quem recebe mais de 10 salários mínimos é 8,4, contra 6,5 de quem vive apenas com o mínimo e 3,7 dos sem renda. Por outro lado, nem tudo é dinheiro. Embora pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, o Nordeste estaria em 9º lugar no *ranking* global, entre a Finlândia e a Bélgica. As médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,13 no Norte e 6,68 no Sudeste.

Na comparação internacional, usamos os microdados de acesso a telefonia fixa como medida das condições de vida individuais (e não agregadas). Observamos que nenhum país do mundo apresenta diferenças de correlação entre felicidade presente e acesso a telefonia menor que o Brasil, há países com relações estatisticamente equivalentes, mas não menores. Isso pode sinalizar um baixo impacto de ativos de tecnologias da informação e comunicação (TICs), ou de sinais de riqueza em geral na felicidade do brasileiro.

Em suma, podemos dizer, à luz das recomendações da comissão, que, apesar do retrocesso no avanço do PIB em 2012, os atributos desejáveis do desenvolvimento se mantiveram vis a vis aos do período de ouro pós-recessão de 2003. A começar pela magnitude da expansão da renda per capita captada a partir de pesquisas domiciliares e sua qualidade inclusiva e sustentável, turbinada pela queda sustentada da desigualdade e pela menor instabilidade da renda de cada um. Finalmente, indicadores subjetivos de felicidade mostram avanços na satisfação com a vida dos brasileiros entrevistados em suas casas.

# 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?[1]

## Introdução

O crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro nos três primeiros trimestres de 2012 decepcionou, mesmo na comparação com aquele observado em 2011 ou com as previsões mais pessimistas. Projeta-se um crescimento médio em torno de 1% em 2012 contra 2,7% em 2011 e 7,5% em 2010. Esse desempenho econômico contrasta com as pesquisas de avaliação da população sobre o desempenho do governo e da presidente. Se quisermos entender esse aparente paradoxo, temos de nos debruçar sobre outras dimensões da experiência humana. Um bom roteiro nessa direção é encontrado no livro de 2010 de dois Prêmios Nobel em Economia, Joseph Stiglitz e Amartya Sen, intitulado *"(Mis)Measuring Our Lives"*. O livro reflete as conclusões de uma comissão internacional de notáveis sobre como medir o progresso das sociedades e que podem ser sintetizadas em quatro recomendações, a saber:

**Crescimento em pesquisas domiciliares -** O trabalho alerta quanto à necessidade de se melhorar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no PIB. Em particular, enfatizar também as perspectivas de crescimento da média da renda e do consumo das famílias captadas a partir de pesquisas domiciliares para melhor aferir padrões da evolução material da vida média.

**Sustentabilidade -** Considerar estoques de ativos como, por exemplo, atributos ambientais para incorporar a sustentabilidade dos indicadores de desempenho ao longo do tempo, isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Vamos observar os estoques de ativos captados pelas pesquisas e, em particular, a educação para analisar a estabilidade da renda do trabalho.

**Inclusão -** Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição entre pessoas e entre grupos da sociedade. Isto é, devemos enxergar a desigualdade vertical e horizontal dos fluxos de renda e dos estoques de ativos. Em um país apelidado de Belíndia, este tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela.

**Percepção -** Por fim, a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões captadas nas avaliações das pessoas com relação às suas vidas, visa obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Ou seja, não basta objetivamente melhorar de vida, também é preciso que as pessoas percebam essa evolução. Utilizamos aqui, como referência de indicadores subjetivos, medidas de felicidade ou satisfação com a vida corrente que têm ganhado proeminência na literatura.

A presente pesquisa busca medir o progresso brasileiro em 2012 e colocá-lo em perspectiva com aquele observado no período de prosperidade pregresso utilizando as quatro

[1] Elaborado por Marcelo Côrtes Neri, presidente do Ipea. Registramos o excelente apoio de pesquisa dado por Marcos Hecksher, Luisa Melo e Samanta Monte.

recomendações da comissão citadas acima. A pergunta básica é: o período de progresso brasileiro observado desde o fim da recessão de 2003 terminou em 2012? Em que dimensões?

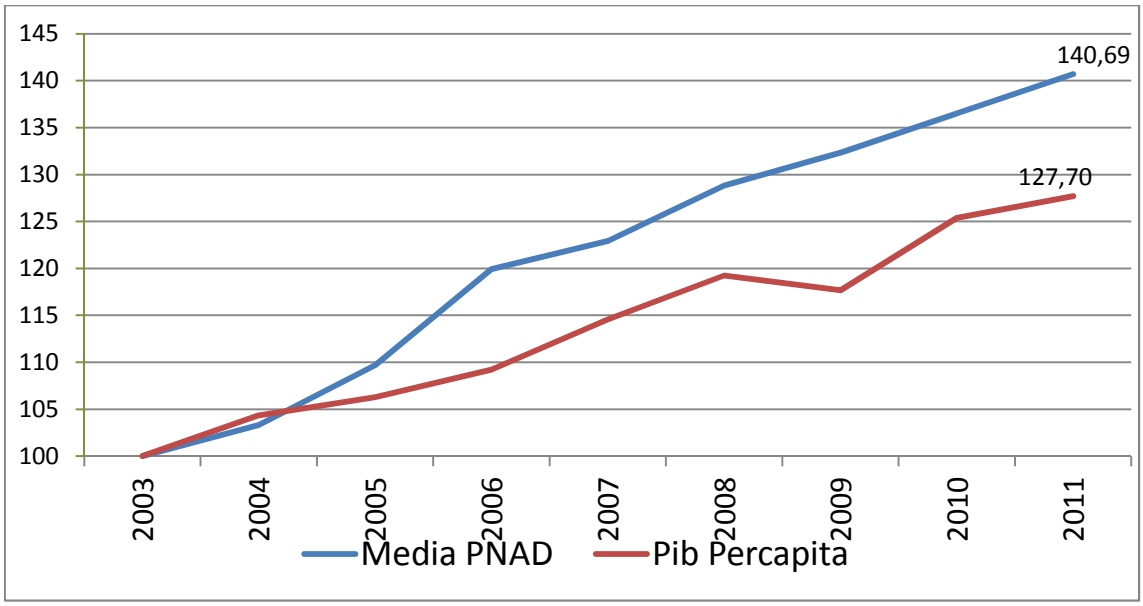
**PIB x Pnad x PME -** Encontramos entre nossa pergunta e as respostas desejadas diversos percalços. A primeira dessas limitações empíricas é a indisponibilidade de pesquisas domiciliares em escala nacional para o ano corrente, uma vez que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012 só estará disponível em setembro de 2013. Se queremos ainda tomar como ponto de partida 2010, há indisponibilidade de natureza permanente da Pnad, pois nesse ano ela cedeu lugar à aplicação do último Censo Demográfico. Ou seja, nos extremos do período de 2010 a 2012, não há Pnads hoje disponíveis.

Utilizamos para avaliar o período de 2010 a 2012, com ênfase nos últimos 12 meses, os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os dados são comparados com os das Contas Nacionais, os da Pnad e os da própria PME no período anterior desde o fim da recessão de 2003. A PME permite medir, apenas no âmbito das seis maiores metrópoles brasileiras, a evolução da renda do trabalho, inclusive rendimentos e ocupações formais e informais de todos os membros dos domicílios. A fim de minimizar incongruências entre essas três bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comparamos apenas as variações das diversas medidas utilizadas. A começar pelo crescimento da renda domiciliar *per capita*, que é o conceito de referencia central da literatura de bem-estar social, por sintetizar diversos elementos atuantes nos vários membros dos domicílios.

**I - Crescimento**

Neri (2007 e 2011) e Ipea (2012a) apontam forte descompasso entre o crescimento do PIB *per capita* e a renda domiciliar *per capita* da Pnad. No período de 2003 a 2011, enquanto a primeira cresce em média 4,36% ao ano, a última cresce 3,1%, o que corresponde a uma taxa de crescimento 40,5% maior ou com 1,26 pontos de porcentagem por ano a mais na Pnad do que no PIB.

**PIB *per capita* x média de renda Pnad** (2003 = 100)



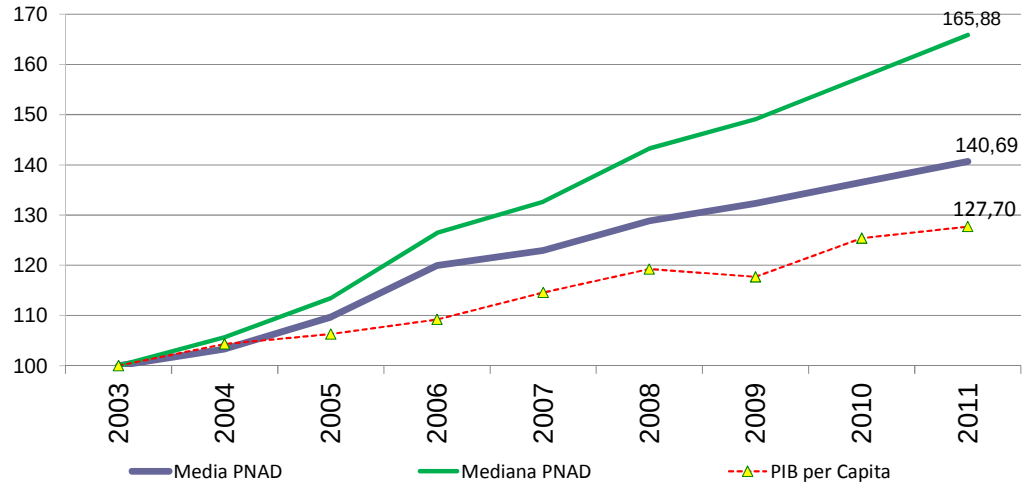

Fonte: Ipea a partir da Pnad/IBGE e das Contas Nacionais/IBGE.

A novidade aqui é apontar a causa principal desse descolamento recente do crescimento médio entre PIB e Pnad: a discrepância entre seus deflatores, ou seja, a inflação medida pelo deflator do PIB e o Índice de Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O primeiro cresce 1,9% ao ano a mais do que o segundo. Se recalculássemos a evolução real do PIB pelo custo de vida das pessoas, o crescimento médio do PIB teria sido de 5,02% ao ano, em lugar dos 3,1% observados no período de 2003 a 2011.

**Mediana -** Uma maneira simples e direta de sintetizar os efeitos de mudanças na média e na desigualdade de renda supracitados é utilizar a mediana da renda. Se no período de 2003 a 2011 o PIB e a renda média da Pnad cresceram a taxas de 3,1% e 4,36% ao ano, a renda mediana da Pnad cresceu a 5,94% ao ano. Ou seja, o João da Silva que habita o meio da distribuição de renda brasileira cresceu nesse período a taxas indianas.

**PIB *per capita* x média de renda Pnad x mediana Pnad**

(2003 = 100)

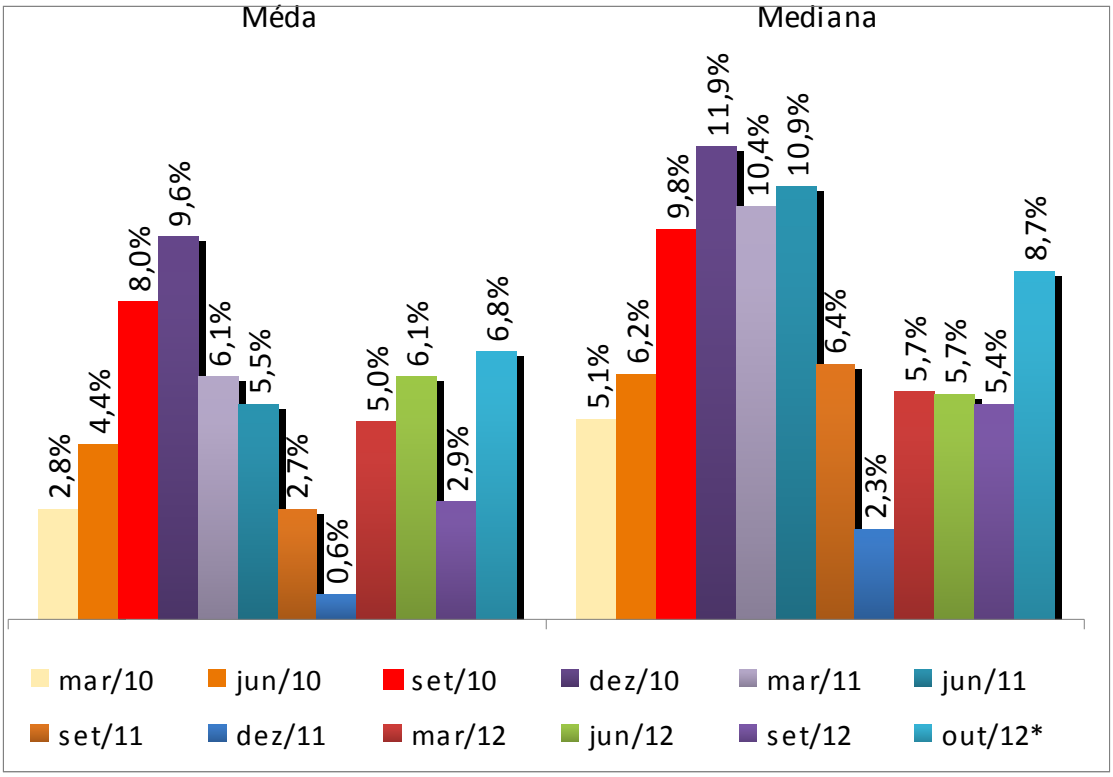



Fonte: Ipea a partir da Pnad/IBGE e das Contas Nacionais/IBGE.

**"PIBinho" x PME -** A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias captada pela PME, ambos em termos *per capita*, é ainda maior em 2012. No terceiro trimestre de 2012, enquanto o PIB cresceu 0,9% e o PIB *per capita* cresceu algo próximo de zero, a renda *per capita* do trabalho média das famílias cresceu algo em torno de 2,93% na mesma comparação com igual período do ano anterior. Já a mediana cresceu 5,4% na mesma comparação. Ou seja, a média e a mediana da renda *per capita* do trabalho reportada pelas famílias na PME cresceram acima do PIB *per capita* em 3 e 5,3 pontos de porcentagem, respectivamente.

**Retomada recente -** Uma das vantagens da PME em relação às Contas Nacionais e seu subproduto mais popular, o PIB, é a velocidade com que seus dados são coletados e difundidos. Hoje sabemos precisar a sua respectiva taxa de crescimento de 6,8% na comparação de outubro de 2012 com o mesmo período do ano anterior. Como mostra o gráfico a seguir, se a renda da PME sofreu uma desaceleração no terceiro trimestre de 2012 até a taxa de crescimento de 2,93% mencionada anteriormente, houve uma paulatina recuperação ao longo do trimestre, culminando numa taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* de 6,8% em outubro de 2012 em relação a outubro de 2011.

**Variação da renda – trimestre contra trimestre**




Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.
* Variação de out/2011 a out/2012.

Se há limitações nos dados da PME, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro nos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME (*booms* surgidos depois dos lançamentos dos planos Cruzado e Real, o "Real do Lula", os efeitos das crises externas de 1997, 1999 e 2008, entre outras). Segundo a Pnad, a renda do trabalho corresponde a 77% da renda das famílias em termos nacionais e a 81% nas seis principais áreas metropolitanas cobertas pela PME. Além disso, a renda de previdência foi impulsionada pelo aumento nominal de 14% no salário mínimo em janeiro de 2012 e pela expansão do Bolsa Família sob a égide do lançamento do Brasil Carinhoso em maio de 2012. De outubro de 2011 a outubro de 2012, já descontada a inflação pelo INPC, o valor total dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cresceu 7,1% (MPS, 2012) e o do Bolsa Família, 13,2% (MDS, 2012). Em outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho são até certo ponto conservadoras.

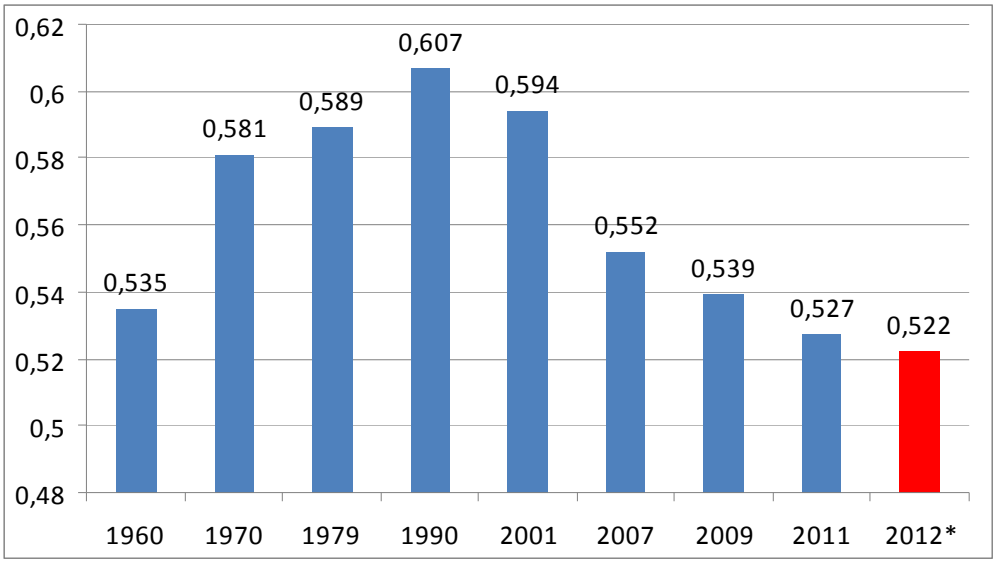
**II - Desigualdades**

**Vertical -** A PME permite analisar em detalhe a distribuição de renda *per capita* entre pessoas. Isso possibilita acompanhar até os dias de hoje a evolução de medidas globais de desigualdade vertical da renda (índices de Gini e Theil, diferenças entre média e mediana etc.).

A desigualdade de renda domiciliar *per capita* medida pelo índice de Gini da Pnad cai no período de 0,581 em 2003 para 0,527 em 2011, uma queda média de 1,2% ao ano. De acordo

com nossos cálculos sobre dados mais recentes da PME, no trimestre terminado em setembro de 2012, a desigualdade caiu 1,69% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, uma velocidade de queda 40,5% ou 0,49 pontos de porcentagem por ano maior. O resultado dessa combinação de crescimento com redução da desigualdade é o crescimento mais acelerado do nível de bem-estar social.

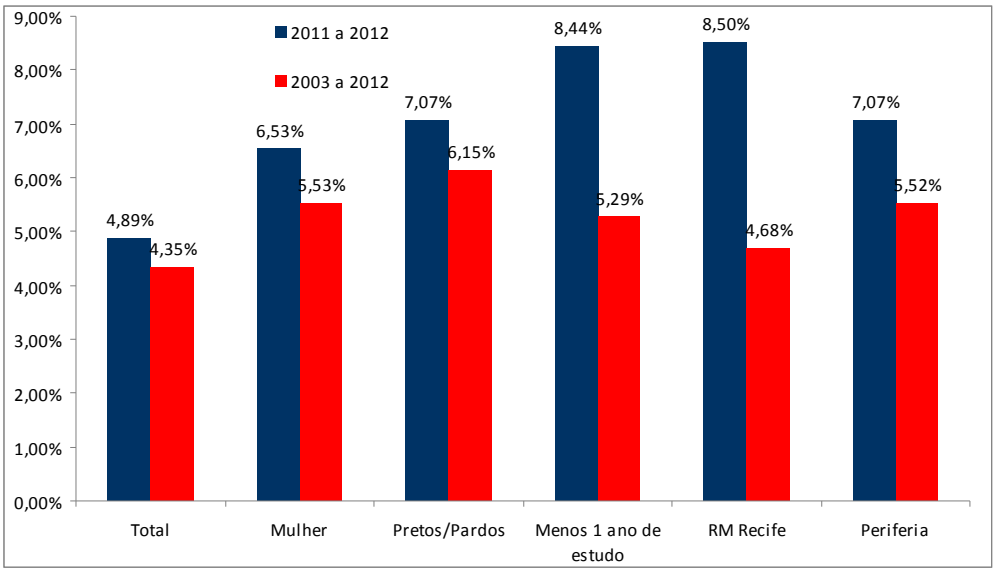
**Visão de longo prazo desigualdade de renda *per capita* (Gini)**




Fonte: Ipea a partir dos microdados da Pnad/IBGE, PME/IBGE e Censo/IBGE e Langoni (1973).
* Calculado a partir da PME/IBGE de set/2012.

**Horizontal -** Para estudar a distribuição horizontal do crescimento de renda por grupos da sociedade (sexo, raça, educação, metrópole etc.), recorremos à análise comparada do crescimento na PME em 2012 com aquele observado no período de 2003 a 2012. Usamos a renda individual da população entre 15 e 60 anos de idade para isolar elementos que atuam sobre atributos pessoais, não familiares. A renda individual média nessa faixa etária sobe 4,89% de 2011 para 2012 contra a taxa média de 4,35% entre 2003 e 2012. No caso das mulheres, esses números sobem de 5,53% para 6,53%. As respectivas taxas para pretos e pardos foi 7,07% e 5,17%. No aspecto espacial há também maior crescimento de localidades mais pobres como as periferias das metrópoles cuja renda sobe 7,07% em 2012 e 5,52% na média anual entre 2003 a 2012. Enquanto Recife, a metrópole mais pobre das seis consideradas, apresentou a taxa de crescimento de 8,5% e 4,68% nestes respectivos períodos. A estatística mais consistente em exercícios que isolam a importância relativa de cada atributo pessoal é a escolaridade. A renda de pessoas com menos de 1 ano completo de estudo sobe 9,6% em 2012 e 4,22% na média do período 2003 a 2012. Note-se que nesse ínterim cai a participação do grupo de analfabetos na população.

**Inclusão horizontal – taxa de crescimento da renda individual de grupos excluídos**

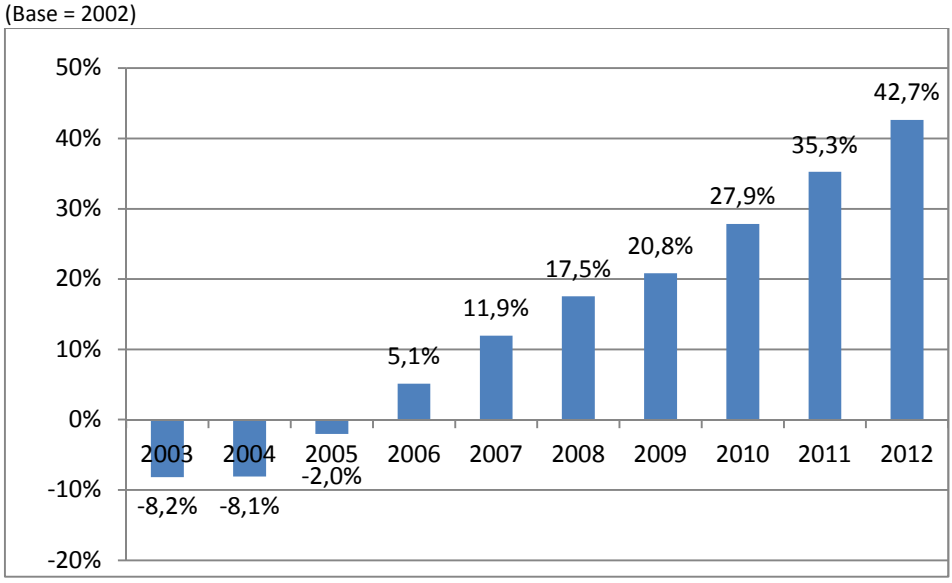



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

Em suma, o ano de 2012 se apresentou mais próspero que o período de prosperidade pregresso. Essa diferença em 2012 é particularmente favorável a grupos da sociedade tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros, analfabetos, nordestinos e moradores das periferias metropolitanas.

**Efeito-ano -** Realizamos na PME, entre 2003 e 2012, exercício de análise da renda domiciliar *per capita* controlado por características sócio-demográficas como sexo, idade, cor, região metropolitana, posição na família e escolaridade, de forma a isolar os efeitos temporais das mudanças nessas características observadas. Os dados mostram que a renda controlada vem crescendo ano a ano e que o maior salto se deu entre 2011 e 2012. Ou seja, mesmo comparando pessoas iguais em anos diferentes, 2012 não pode ser considerado um ano desfavorável em termos de crescimento de renda, pelo contrário.

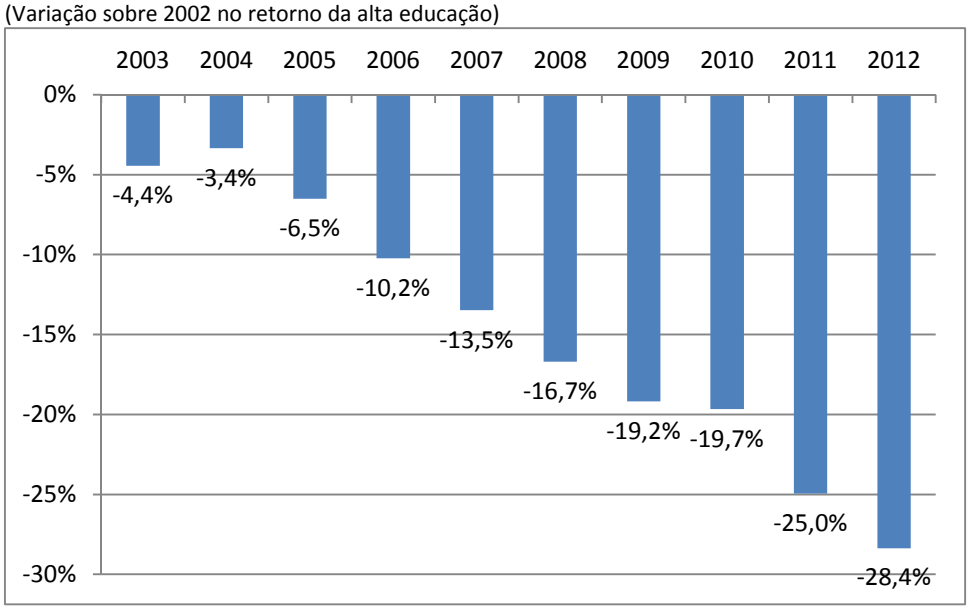
**Equação de renda *per capita* - efeito ano**
(Base = 2002)




Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

Um segundo exercício interage a variável ano com educação. Se analisarmos a categoria mais alta, de 11 anos ou mais de estudo, tomando como base as pessoas com 1 ano ou menos de escolaridade, observamos uma queda cumulativa do retorno da alta educação a partir de 2004. Em 2012, a queda acumulada do retorno da educação em relação a 2002 é de 28,4%. Entre 2011 e 2012 a queda é de 3,4 pontos de porcentagem, indicando que, neste ano em curso, a alta da escolaridade continua a contribuir para a redução da desigualdade.

**Equação de renda *per capita* – *dummies* interativas**
(Variação sobre 2002 no retorno da alta educação)




Fonte: Ipea a partir da PME/IBGE.

### III - Sustentabilidade

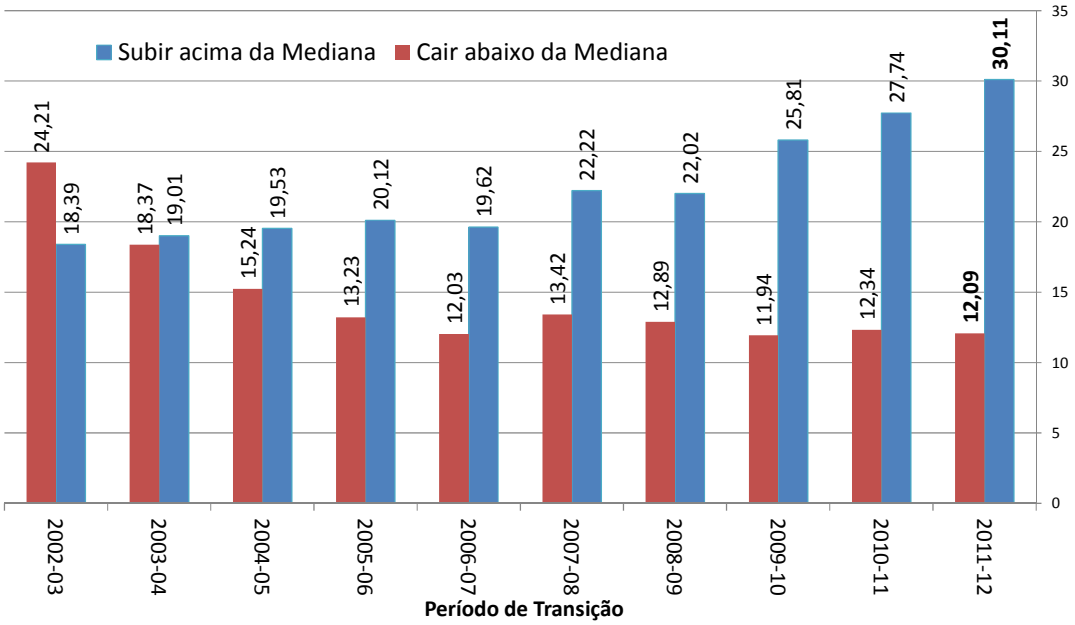
**Ingredientes trabalhistas -** A renda do trabalho captada pela PME confere alguma medida de sustentabilidade dos movimentos, em particular se colocada lado a lado com os seus determinantes imediatos, com destaque para a evolução da educação e do seu retorno, da ocupação e fatores demográficos associados. Aplicamos uma decomposição dos fatores determinantes da renda individual na população entre 15 e 60 anos de idade. Como vimos, a renda sobe mais rapidamente de 2011 para 2012 do que no período de 2003 a 2012. Quais seriam os fatores trabalhistas e demográficos por trás dessa tendência? Os 4,89% (4,35%) de crescimento em 2012 (de 2003 a 2012) são compostos por 2,97% (1,23%) do retorno da unidade de esforço do binômio educação/trabalho, entendido como salário-hora por ano de estudo. Ao mesmo tempo, a escolaridade sobe 1,39% (1,52%) e a jornada cai 0,14% (0,16%). A taxa de ocupação na população economicamente ativa (ocupados/PEA), igual a 100% menos a taxa de desemprego, sobe 0,14% (1,38%)[2], ao passo que a taxa de atividade na população em idade ativa (PEA/PIA) sobe 0,46% (0,31%).

| | **População Total -15 a 60 anos** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Categoria** | **Ano** | **Renda de Todos Trabalhos =** | **Salário-Hora por Anos de Estudo x** | **Anos de Estudo x** | **Horas Trabalhadas x** | **Taxa de Ocupação na PEA x** | **Taxa de Participação no Mercado de Trabalho** |
| | **Taxa de Crescimento 2011-12** | **4,89%** | **2,97%** | **1,39%** | **-0,14%** | **0,14%** | **0,46%** |
| | **Taxa de Crescimento Anual 2003-12** | **4,35%** | **1,23%** | **1,52%** | **-0,16%** | **1,38%** | **0,31%** |

[2] Conforme destacado pelo Ipea (2012b) no número 53 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, as taxas de desemprego mensais em 2012 têm sido as mais baixas da série histórica da PME iniciada em 2002 e seguem em queda também da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

**Riscos familiares -** Outra possibilidade aberta pela estrutura longitudinal da PME, que acompanha as mesmas famílias ao longo do tempo, é medir o risco associado aos novos padrões de vida conquistados. Em particular, auferimos a proporção de pessoas cruzando a mediana da renda de baixo para cima e de cima para baixo no período de 12 meses, conforme os gráficos a seguir.

**Risco de renda ao longo do tempo - chance de cair abaixo e subir acima da mediana**




Fonte: IPEA a partir da PME/IBGE.

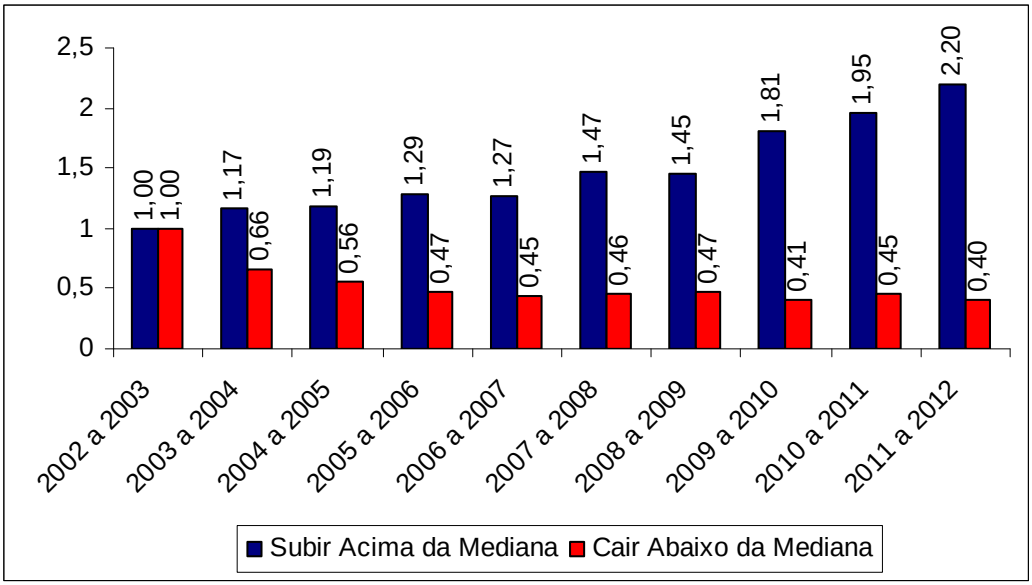
A probabilidade de cruzar de baixo para cima a mediana de renda de todo o período sobe em geral entre 2002 e 2012. Sai de 18,39% entre 2002 e 2003 para 22% entre 2007 e 2008, cai ligeiramente na crise de 2008 a 2009 e sobe aceleradamente desde então: 25,81% (2009-2010), 27,74% (2010-2011) até culminar em 30,11% entre 2011 e 2012[3].

O risco de decadência, medido pela probabilidade de cruzar a mediana de cima para baixo, vai perdendo força ao longo do tempo. Cai à metade desde os 24,21% observados na recessão de 2002-2003 até os 13,42% registrados em 2007-2008, na véspera da crise. Mesmo depois da crise, essa estatística se estabiliza num patamar em torno de 12%, chegando a 12,09% entre 2011 e 2012.

À semelhança da análise de nível de renda, realizamos, a partir dos dados longitudinais da PME, exercício de análise da transição da renda domiciliar *per capita* para cima e para baixo da mediana controlado por características sociodemográficas como sexo, idade, cor, região metropolitana, posição na família e escolaridade, de forma a isolar os efeitos temporais das mudanças nessas características observadas.

[3] Considerando, neste caso, os períodos de janeiro a outubro em 2011 e 2012.

**Risco de renda controlado entre anos - chance de cair abaixo e subir acima da mediana**
(Base 2002-2003 = 1)




Fonte: IPEA a partir da PME/IBGE

Os resultados controlados indicam, ainda mais fortemente que os não controlados, que as transições para baixo da mediana atingiram a menor magnitude entre 2011 e 2012, enquanto as transições no sentido contrário atingiram o seu ápice no biênio.

Em suma, tomando a mediana como linha de referência, a probabilidade de queda da renda está nos últimos anos estabilizada no menor patamar da série da PME, enquanto a probabilidade de ascensão nunca foi tão alta. Mais do que um período de relativa estabilidade das rendas reportadas por cada indivíduo, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida.

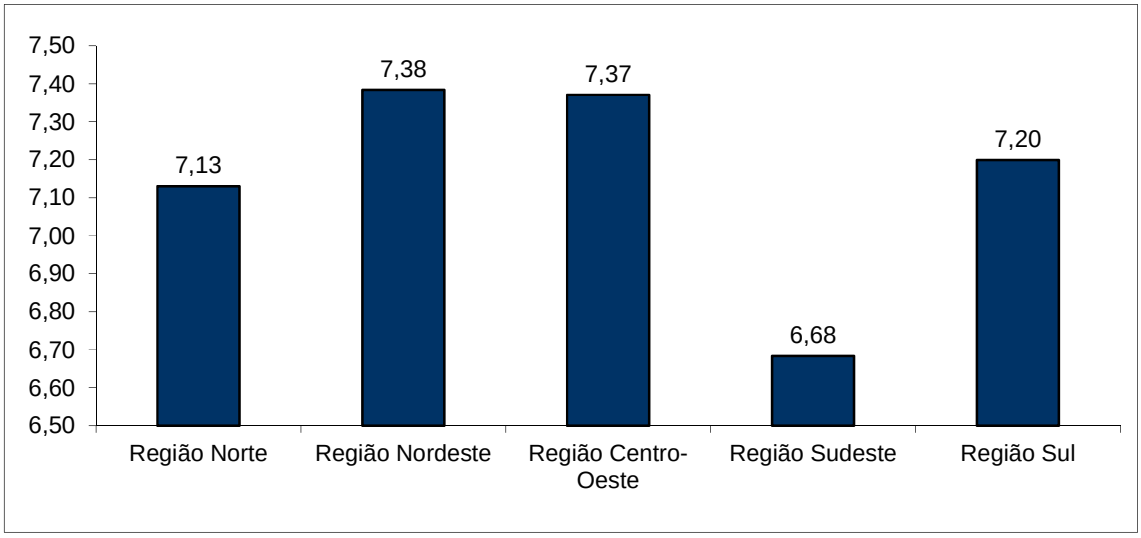
**IV - Felicidade**

A quarta e última dimensão preconizada por Stiglitz-Sen, a subjetiva, não encontra eco nas estatísticas produzidas no Brasil. Em função disso, o Ipea foi a campo em outubro de 2012 numa amostra representativa do país com 3.800 entrevistas junto à população com 15 anos ou mais. O questionário aplica, entre outras, perguntas padronizadas de pesquisas internacionais aqui divulgadas em primeira mão. Mais especificamente, exploramos aqui medições dos níveis de felicidade reportados diretamente pelas pessoas. A pergunta utilizada é simples, pedindo ao entrevistado uma nota de 0 a 10 sobre sua satisfação com a vida corrente.

**Felicidade geral -** A pesquisa do Ipea mostra que a nota média de felicidade brasileira hoje é 7,1, o que nos colocaria em 16º lugar entre 147 países do globo segundo dados do Gallup World Poll de 2011, que aponta uma felicidade geral de 6,8 no Brasil em 2010.

**Felicidade nordestina -** Apesar de pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, a região Nordeste estaria em 9º lugar no ranking global, entre a Finlândia e a Bélgica. As médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,1 no Norte e 6,68 no Sudeste.

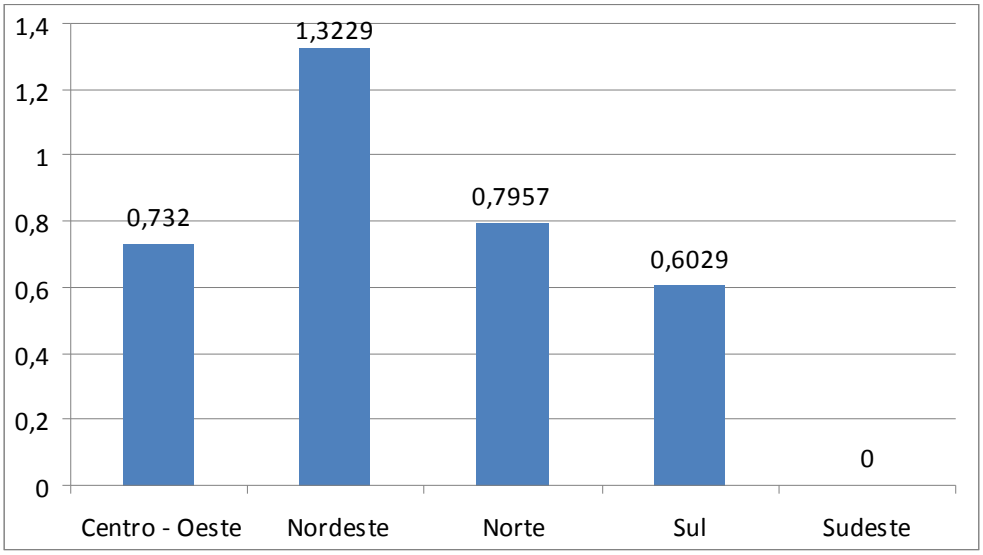
**A geografia da felicidade presente – macrorregiões**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

**Felicidade controlada -** Exercícios controlados mostram que, quando comparamos pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade relativa do Nordeste é a maior e a do Sudeste é a menor, ficando as demais regiões no meio do caminho, conforme o gráfico a seguir.

**Chances de felicidade controlada – geografia da felicidade brasileira**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

**Dinheiro traz a felicidade? -** O senso comum nos informa que a felicidade pode ser considerada como o objetivo último na vida de cada pessoa. O estudo da satisfação com a vida tem interesse intrínseco, bem como outras motivações, como a avaliação de políticas públicas alternativas e a solução de quebra-cabeças empíricos da economia. Em relação a este último aspecto, provavelmente o paradoxo mais intrigante a ser explicado é a correlação extremamente fraca que diversos estudos apresentam entre renda, a variável mais venerada em economia, e felicidade. Inúmeros países que experimentaram um aumento drástico na renda real desde a Segunda Guerra não observaram um aumento no bem-estar auto-avaliado pela população – pelo contrário, a mesma diminuiu. Em um dado ponto no tempo, a renda

mais alta está positivamente associada à felicidade das pessoas, contudo, ao longo do ciclo de vida e ao longo do tempo, essa correlação é fraca, como no chamado Paradoxo de Easterlin. As pessoas adaptam suas aspirações aos maiores ingressos e se tornam mais exigentes à medida que a renda sobe. Como veremos mais adiante, esta visão foi recentemente desafiada por resultados empíricos apresentados por Angus Deaton. É muito cedo para escolher o lado da discussão, mas o lançamento dos novos dados do Gallup World Poll que cobrem mais de 132 países, ampliaram o horizonte geográfico da discussão, e o trabalho pioneiro de Deaton sobre eles reembaralhara as cartas de felicidade com as notas de dinheiro. Sem ainda fazer apostas em dinheiro como causa principal da felicidade, discutimos, a partir dos microdados deste mesmo conjunto de informações, as relações entre renda e felicidade.

**Felicidade observada -** A fraca e volúvel relação entre renda e felicidade nos estudos empíricos motivou pesquisadores a irem a um passo adiante da posição "objetivista" da teoria econômica, baseada somente nas escolhas feitas pelos indivíduos e que podem ser observadas. Na abordagem tradicional, a utilidade individual depende apenas de bens tangíveis, serviços e lazer, e é inferida quase exclusivamente do comportamento (ou preferência revelada). A abordagem axiomática da preferência revelada explica que as escolhas feitas fornecem toda a informação necessária a partir da utilidade dos indivíduos. De acordo com Sen (1986), "a popularidade desta visão pode ser atribuída à crença peculiar de que escolha [...] é o único aspecto humano que pode ser observado".

A partir do trabalho de Easterlin (1974) – cuja relevância percebida aumenta a partir da última parte da década de 1990, quando um conjunto de economistas começa a realizar análises empíricas de larga escala sobre os determinantes da felicidade em diferentes países e períodos[4] – o interesse econômico na mensuração do bem-estar individual subjetivo cresceu consideravelmente.

Uma visão subjetiva de utilidade reconhece que cada pessoa tem suas próprias ideias sobre felicidade e sobre o que é uma vida boa. Nessa perspectiva, o comportamento observado seria um indicador incompleto para o bem-estar individual. A felicidade dos indivíduos poderia ser captada perguntando diretamente às pessoas o quão satisfeitas elas estão com suas vidas. As variáveis de interesse estão baseadas no julgamento das pessoas por elas mesmas, de acordo com a premissa de que elas são os melhores juízes sobre a qualidade geral de suas vidas e, portanto, nenhuma estratégia poderia ser mais natural e direta do que lhes perguntar sobre seu nível de bem-estar. A principal ideia é que o conceito de felicidade subjetiva nos possibilitaria captar diretamente o bem-estar humano, em vez de mensurar renda ou outras coisas que não são exatamente o que as pessoas querem ao fim e ao cabo, mas que são, ao contrário, os meios através dos quais se pode conseguir – ou não – usufruir da felicidade.

Segundo Frey e Stutzer (2002), bem-estar (*well-being*) subjetivo é um conceito mais amplo do que a utilidade da decisão e é o objetivo final. Eles sustentam que, para muitos fins, a felicidade ou o bem-estar subjetivo relatado são uma aproximação empírica satisfatória para

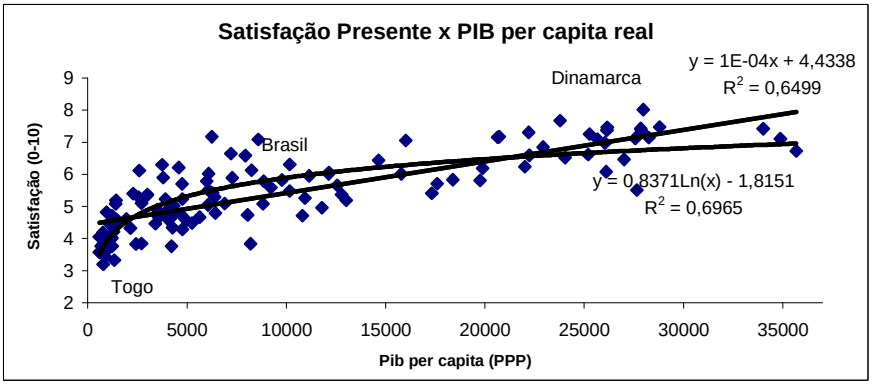
[4] Para sumários da literatura, veja Kahneman, Diener e Schwarz (1999) e Frey e Stutzer (2002).

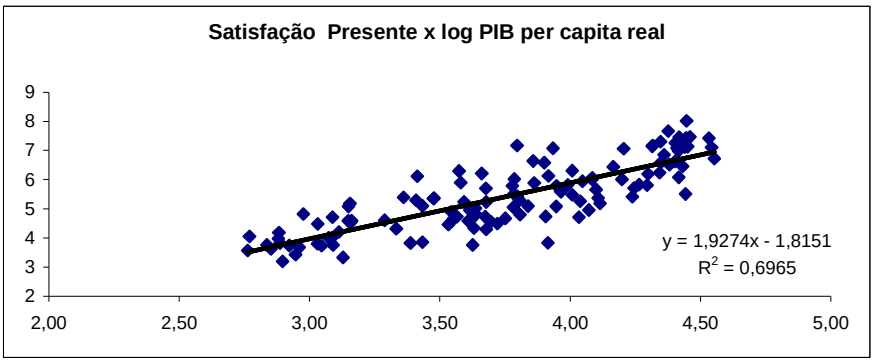
a utilidade individual. Como as pessoas mensuram seu nível de bem-estar subjetivo em relação às circunstâncias pessoais e às outras pessoas, incluindo experiências passadas e expectativas futuras, eles sugerem que medidas de bem-estar subjetivo sirvam como medidas de utilidade. Ademais, como o propósito de mensurar a felicidade não é comparar seus níveis no sentido absoluto, mas identificar os determinantes da felicidade, como será feito aqui, não é necessário assumir que o bem-estar subjetivo relatado é, de forma cardinal, mensurável ou que é comparável entre as pessoas. Além disso, diversos autores encontraram alta correlação entre felicidade reportada e sorriso. Outros encontraram a mesma correlação entre infelicidade, cérebro e atividade cardíaca: "estas mensurações subjetivas parecem conter quantidades substanciais de variação válida".

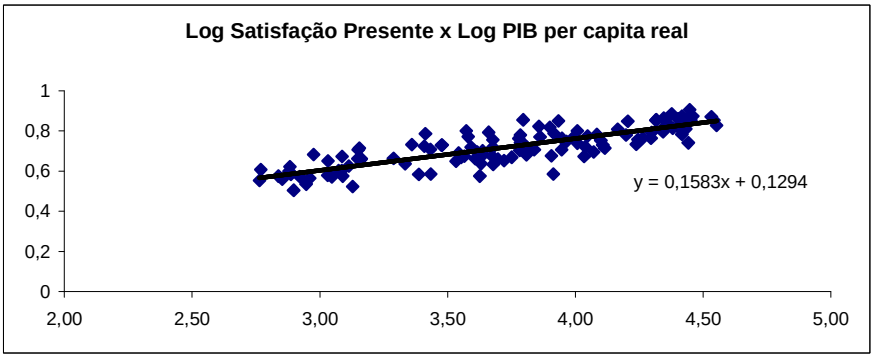
Angus Deaton (2007), usando dados do Gallup World Poll, não apenas desafia as interpretações mais ou menos estabelecidas da literatura empírica prévia, em particular que "dinheiro não traz felicidade (ou seja, satisfação com a vida no longo prazo)", mas seu uso daquela base é algo mais rico em conteúdo e em número de países do que as pesquisas anteriores. O artigo de Deaton (2007) é a referência-chave dissonante da literatura empírica. Iniciamos pelos mesmos dados do Gallup World Poll de 2006 disponível para 132 países, explorando exercícios simples bivariados de satisfação com a vida em níveis e diferenças através de diferentes horizontes contra o PIB *per capita* ajustado por paridade de poder de compra a fim de compararmos laranjas com laranjas entre países. O mergulho inicial do impacto da renda ao nível mundial sobre a satisfação com a vida nos informa que Togo ocupa a lanterninha com 3,2 numa escala de 0 a 10 e a Dinamarca, o ápice com 8,02. O Brasil está numa posição mais para a nação europeia do que para a africana, atingindo naquele ano 6,64, acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB *per capita*.

Deaton trabalha basicamente com regressões de médias entre países (*cross-country regressions*). Nosso exercício sugere, em princípio, que uma especificação log-linear se ajusta melhor aos dados do que uma especificação em nível, implicando uma relação côncava. O segundo gráfico a seguir mostra uma relação quase linear entre log de renda e satisfação com a vida presente, o que permite se suspeitar que a linha de tendência logarítmica esteja melhor ajustada aos dados que a reta do gráfico anterior. O terceiro gráfico mostra que a dupla relação em logaritmos parece adequar-se melhor aos dados – e é inclusive mais condizente com o modelo teórico usado pelo próprio Deaton. Neste último caso, o coeficiente estimado nos informa diretamente uma elasticidade-renda de longo prazo da felicidade que seria constante: para cada 10% de incremento de renda a felicidade subiria algo como 1,5% no longo prazo.

**Correlação entre PIB e Satisfação com a Vida**
**Testando formas funcionais diferentes**



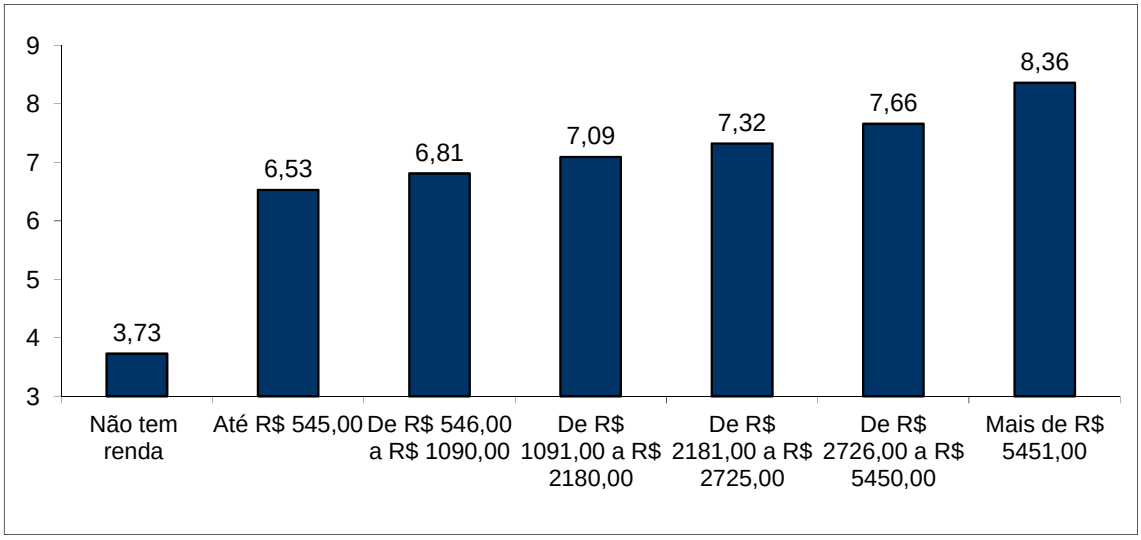




Fonte: Microdados da Gallup World Poll 2006 e Pen World Tables

Nos dados brasileiros, encontramos alguma correlação entre renda familiar e felicidade. A pesquisa mostra que dinheiro talvez traga a felicidade. A nota média de satisfação com a vida de quem vive com mais de 10 salários mínimos é 8,4, contra 6,5 de quem vive apenas com o mínimo. A nota dos sem renda é de apenas 3,7.

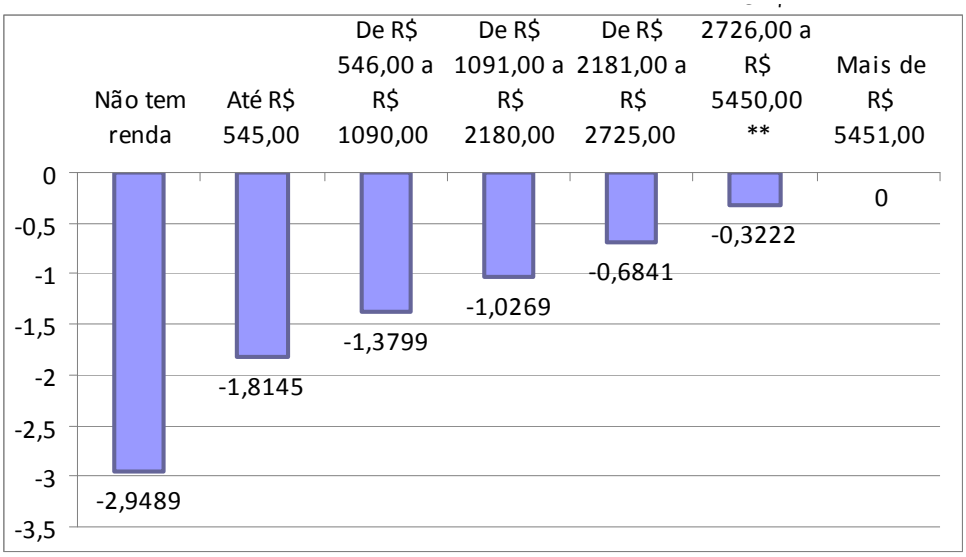
**Renda e felicidade**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

A partir dos mesmos exercícios controlados apontados mais acima, quando comparamos pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade cresce com a renda, conforme o gráfico a seguir.

**Felicidade controlada**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

Ou seja, o mesmo exercício anterior atesta que a renda familiar é um determinante da felicidade brasileira.

Na comparação internacional, usamos os microdados de acesso a telefonia fixa como medida das condições de vida individuais (e não agregadas). Observamos que nenhum país do mundo apresenta diferenças de correlação entre felicidade presente e acesso a telefonia menor que o Brasil, há países com relações estatisticamente equivalentes, mas não menores. Isso pode sinalizar um baixo impacto de ativos de tecnologias da informação e comunicação (TICs) ou de sinais de riqueza em geral na felicidade do brasileiro.

**Ranking de felicidade presente -** Em 2006, o Brasil era o número 22 no *ranking* mundial de felicidade presente, acima da posição no *ranking* de renda número 52 de 132 países. Ou seja, tínhamos mais felicidade presente que o nosso dinheiro no bolso sugeriria. De 2006 para 2009, a posição relativa do país aumentou de 22º lugar de 132 países para o 17º lugar em 146 países e agora em 2011 subimos para o 16º lugar entre 147 países.

## V - Conclusões

Dois Prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apresentaram os resultados de um relatório elaborado por uma comissão formada a pedido do presidente francês, Nicolas Sarkozy. A Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social contou com outros 21 pesquisadores de renome, incluindo Angus Deaton e James Heckman. O conteúdo do relatório acabou de ser publicado sob o formato de livro, intitulado "(*Mis)measuring Our Lives*".

Não cabe aqui discutir o relatório em profundidade, nem mesmo as críticas que possam ser ventiladas a seu respeito, mas aplicar as suas quatro principais conclusões ao caso brasileiro, comparando o desempenho observado em 2012 até outubro com o período pós-recessão desde 2003. Isso pode ser traduzido na questão fundamental: o crescimento do PIB brasileiro desacelerou em 2012, mas que dimensões do progresso brasileiro foram perdidas?

**Crescimento -** O trabalho de Stiglitz-Sen alerta quanto à necessidade de se ampliar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no PIB e, em particular, enfatizar a perspectiva da renda do domicílio. Nesse aspecto, cabe lembrar que, embora no longo prazo, no caso brasileiro, a evolução de agregados como o PIB das Contas Nacionais e a renda da Pnad apresentem tendências semelhantes, há um forte descolamento no período de 2003 a 2011, quando a renda média da Pnad cresceu 1,26 pontos de porcentagem por ano a mais que o PIB.

De acordo com a visão objetiva das pessoas, os seus respectivos padrões médios de vida estavam crescendo mais do que as Contas Nacionais sugerem. Na maioria dos outros países, como o livro aponta, tem acontecido o reverso, e as respectivas Pnads indicam crescimento menor que o do PIB.

A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias captada pela PME, ambos em termos *per capita*, é ainda maior em 2012. O diferencial de crescimento de renda do trabalho é quase 3 pontos de porcentagem superior ao ocorrido no PIB até o terceiro trimestre de 2012.

Uma das vantagens da PME em relação às Contas Nacionais é a velocidade com que seus dados são coletados e difundidos. Hoje sabemos precisar a sua respectiva taxa de crescimento de 6,8% na comparação de outubro 2012 com o mesmo mês do ano anterior. Ou seja, pela PME há uma recuperação em curso no início do quarto trimestre de 2012.

**Inclusão -** Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. Em um país apelidado de Belíndia, esse tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela. No período

de 2003 a 2011, o índice de Gini da Pnad cai a uma média de 1,2% ao ano. De acordo com a PME, no trimestre terminado em setembro de 2012, a desigualdade caiu 1,69% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, uma velocidade de queda 40,5%, ou 0,49 pontos de porcentagem por ano maior. Em cerca de 2/3 dos países do mundo – sejam países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, ou emergentes como a China e a Índia – ocorre o oposto, um aumento da desigualdade.

Passando à análise por atributos pessoais (e não familiares), a renda individual média pela PME sobe 4,89% de 2011 para 2012 contra a taxa média de 4,35% entre 2003 e 2012. O ano de 2012 se apresentou mais próspero que o período de prosperidade pregresso. Essa diferença em 2012 é particularmente favorável a grupos da sociedade tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros e analfabetos, que crescem a taxas de 6,53%, 8% e 9,6%, respectivamente.

Exercícios empíricos comparando pessoas iguais em anos diferentes para isolar influências sociodemográficas observadas mostram que a série de renda controlada desde 2002 teve o seu maior salto entre 2011 e 2012.

**Sustentabilidade -** A estrutura longitudinal da PME permite medir o risco associado aos novos padrões de vida conquistados por cada família, como medida de sustentabilidade. A probabilidade de cruzar de baixo para cima a mediana de renda sobe em geral no período 2002 e 2012. Sai de 18,39% entre 2002 e 2003 e culmina em 30,11% entre 2011 e 2012, o ponto mais alto de ascensão individual da série. Enquanto isso, a probabilidade de queda cruzando a mediana perde força ao longo do tempo e cai à metade desde a recessão de 2002-2003 (24,21%) até se estabilizar num patamar em torno de 12% depois de 2007, chegando a 12,09% entre 2011 e 2012. Em suma, mais do que um período de relativa estabilidade de renda para cada indivíduo, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida.

**Percepção -** Por fim, a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de avaliações das pessoas com relação às suas vidas, visa obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Ou seja, não basta objetivamente melhorar de vida, também é preciso que as pessoas percebam essa melhora. Como as estatísticas produzidas no Brasil não dispõem em geral de informações quanto às percepções das pessoas, o Ipea foi a campo em outubro de 2012 e calculou índices globais de satisfação com a vida similares aos do Gallup World Poll. A pesquisa do Ipea mostra que a nota média de felicidade brasileira hoje é 7,1 numa escala de 0 a 10, o que nos colocaria em 16º lugar entre 147 países do globo segundo dados do Gallup World Poll de 2011. Segundo o Gallup World Poll, em 2010 a felicidade geral da nação era 6,8. Ou seja, a felicidade geral da nação brasileira evoluiu relativamente às demais nações.

A pesquisa mostra que a satisfação com a vida de quem vive com mais de 10 salários mínimos é 8,4, contra 6,5 de quem vive apenas com o mínimo. A nota dos sem renda é de apenas 3,7. Apesar de pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, a região Nordeste estaria em 9º lugar no ranking global, entre a Finlândia e a Bélgica. As notas médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,1 no Norte e 6,68 no Sudeste.

Em suma, podemos dizer, à luz das recomendações da comissão, que, apesar do retrocesso no avanço econômico brasileiro medido pelo PIB em 2012 se comparado ao período de ouro pós-recessão de 2003, a maioria de seus atributos desejáveis foi não só mantida como amplificada. A começar pela expansão da quantidade de crescimento da renda domiciliar *per capita*. Esse crescimento de 2012 não pode ser qualificado como menos inclusivo e sustentável do que aquele em vigor no período após 2003. Finalmente, indicadores de felicidade captados diretamente mostram avanços dos brasileiros entrevistados em suas casas, não apenas em termos da objetividade, mas também na expressão de sua subjetividade.

## VI - Posfácio

Segundo reza a lenda maia, o mundo iria terminar no dia 21/12/2012. Na verdade, o que os arqueólogos e estudiosos apontam é que a data indicaria apenas o fim do calendário ancião. A civilização maia apenas não conseguia projetar seus ciclos para além deste evento.

Similarmente, a economia brasileira, após anos de prosperidade, parece ter enfrentado o seu apocalipse particular neste mesmo dezembro de 2012. Após sucessivas tentativas de reaquecimento a partir da aplicação de um arsenal de medidas monetárias e fiscais expansionistas, constatou-se a ocorrência de um baixo crescimento do PIB, apelidado de "PIBinho".

Este trabalho sugere que, se ampliarmos os nossos instrumentos de mensuração de desempenho para além do PIB, seguindo as quatro novas direções apontadas pela comissão de internacional notáveis lideradas por Joseph Stiglitz e Amartya Sen, a sociedade tupiniquim, apesar dos pesares, não reduziu o seu ritmo de progresso em 2012.

## Bibliografia


BACHA, E. L. and TAYLOR, L. **Brazilian income distribution in the 1960s: Facts' model results and the controversy.** *Journal of Development Studies*, Vol. 14, Issue 3, pages 271 – 297, 1978.

BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R .P. de; NERI, M. C**. An Evaluation of The Measurement of Income and Expenditures in Brazilian Household Surveys: POF X PNAD**, Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria, 1995.

BARROS, R .P. de; MENDONÇA, R, Rosane; NERI, M. C**. Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada.** In: Economia Brasileira em Perspectiva 1996, Rio de Janeiro:

_____. **The duration of poverty spells.** *In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho,* ENABET, Anais..., 1996.
BRANCHFLOWER, D. G. "Happiness economics" *NBER Reporter: Research summary,* 2., 2008

CONTADOR, C. (2010), **Microinsurance in Brazil: Research Series.** Rio de Janeiro: Funenseg, 540p., Volume 1.

CARDOSO**,** E.; BARROS**,** R.; URANI**,** A. **Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s,** Chapter 5. *In:* DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), *Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-E*ast. Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

CASTEL, R., **La inseguridad social ¿Qué ES estar protegido***?,* Buenos Aires, Manantial. 2002.

DEATON, A. "**Income, Aging, Health and Wellbeing Around the World: Evidence from the Gallup World Poll**," NBER Working Paper No. 13317, National Bureau of Economic Research, Inc., 2007.

EASTERLIN, Richard A. "**Does economic growth improve the human lot? some empirical evidence**". University of Pennsylvania, 1974.

FREY, B. S.; STUTZER, A*.* "**The economics of happiness"***.* Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2002.

GASPARINI, L. **Different lives**: **inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean World Bank LAC Flagship Report 2003**. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

GRAHAM, Carol. **The Pursuit of Happiness: an Economy of Well-Being***.* Brookings Institution Press, 2011

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, Econômica 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, 2005.

IPEA. **A Década inclusiva (2001-2011):** desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília: Ipea, set. 2012a (Comunicado do Ipea, n. 155).

IPEA. **Boletim Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, Rio de Janeiro: Ipea, n. 53, nov. 2012b.

KAHNEMAN, D., DIENER, E.; SCHWARZ, N. (Eds.) "**Well-being: the foundations of hedonic *psychology"***. New York, Russell Sage Foundation, 1999.

KAHNEMAN, D., KRUEGER, A. B. "Developments in the measurement of subjective well-being" *Journal of Economic Perspective* 20(1) Winter, 2006.

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent Brazilian experience**. *World Development*, vol 38, N.6, 2010

LAYARD, R. **Happiness: lessons from a new science***,* Nueva York, Penguin Press. 2005

MDS. **Matriz de Informação Social.** Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acessado em 17 dez. 2012.

MILANOVIC, B. **Worlds Apart: measuring international and global inequality,** Princeton/Oxford, 2005.

MILANOVIC, B. **The Haves and the Have-Nots: a short and idiosyncratic history of global Inequality,** Basic Books, 2011.

MPS. **Boletim Estatístico da Previdência Social.** Brasília: MPS, vol. 17, n. 10, out. 2012.

NERI, M. C. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide**, Editora Saraiva, São Paulo, 2011. 312 p.

_____. **Ensaios Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003, v.1. p. 158.

PRAAG, Bernard M. S. Van & FERRER-I-CARBONELL, A. **Happiness Quantified: A satisfaction calculus approach**. *Revised Edition*. New York, Oxford University Press, 2008.
Sen, A. (1995) "Rationality and social choice" *American Economic Review* 85 (1).

SOARES, S. "Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004." ***Econômica*,** v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

STIGLITZ, J.; SEN, A e FITOUSI, **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. September, 2009.

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República

Comunicados do Ipea

Nº 158

# 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?

18 de dezembro de 2012

ipea
Por um Brasil desenvolvido

**Governo Federal**
**Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**
**Ministro** Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**
Marcelo Côrtes Neri

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**
Renato Coelho Baumann das Neves

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**
Alexandre de Ávila Gomide

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto**
Claudio Roberto Amitrano

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**
Francisco de Assis Costa

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura**
Fernanda De Negri

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**
Rafael Guerreiro Osorio

**Chefe de Gabinete**
Sergei Suarez Dillon Soares

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

**Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

# Sumário Executivo

## "2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?"

*O PIB per capita cresce zero contra 2,9% da renda média do trabalho das famílias e 5,4% da mediana, turbinada pela queda sustentada da desigualdade.*

O crescimento brasileiro em 2012 decepcionou, mesmo na comparação com as previsões mais pessimistas. Após sucessivas tentativas de reaquecimento a partir da aplicação de um arsenal de medidas monetárias e fiscais expansionistas, projeta-se um crescimento do PIB em torno de 1% em 2012, e nulo em termos per capita. A frustração do chamado "PIBinho" contrasta com os resultados positivos das pesquisas de opinião recém colhidos. Se quisermos entender esse paradoxo, devemos nos debruçar sobre outras dimensões da experiência humana.

Um bom roteiro é encontrado no livro de 2010 de dois Prêmios Nobel em Economia, Joseph Stiglitz e Amartya Sen, intitulado *"(Mis)Measuring Our Lives"*. O livro reflete as conclusões de uma comissão de notáveis sobre como medir o progresso das sociedades. Buscamos aqui medir o avanço tupiniquim em 2012, utilizando as quatro principais recomendações da comissão. A nossa pergunta básica é: o período de progresso brasileiro observado desde o fim da recessão de 2003 terminou em 2012? Em que dimensões?

**Mediana -** Uma maneira simples e direta de sintetizar os efeitos de mudanças no crescimento e na desigualdade de renda, as duas primeiras dimensões consideradas na comissão, é usar a mediana da renda. Se no período de 2003 a 2011 o PIB e a renda média da Pnad cresceram a taxas de 3,1% e 4,36% ao ano, a renda mediana da Pnad cresceu a 5,94% ao ano. Ou seja, o João da Silva que habita o meio da distribuição de renda brasileira cresceu nesse período a taxas indianas contra as taxas belgas do PIB.

A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias, é ainda maior em 2012 tal como captada pela PME. No terceiro trimestre de 2012, enquanto o PIB cresceu 0,9% e o PIB *per capita* cresceu algo próximo de zero, a renda *per capita* do trabalho média das famílias cresceu 2,93% na mesma comparação com igual período do ano anterior. Já a mediana cresceu 5,4%.

Uma das vantagens da PME é a velocidade, superior a das contas nacionais. Hoje sabemos precisar as taxa de crescimento de média e mediana de 6,8% e 8,75%, respectivamente, na comparação de outubro de 2012 com o mesmo período do ano anterior. A retomada pós terceiro trimestre foi confirmada pelos dados da PME de novembro lançados pelo IBGE na sexta última.

Apesar de suas limitações, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro nos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME. Segundo a Pnad, a

renda do trabalho corresponde a 81% nas seis principais áreas metropolitanas cobertas pela PME. Além disso, a renda de previdência foi impulsionada pelo aumento nominal de 14% no salário mínimo em janeiro de 2012 e pela expansão do Bolsa Família sob a égide do lançamento do Brasil Carinhoso em maio de 2012. De outubro de 2011 a outubro de 2012, já descontada a inflação pelo INPC e o crescimento populacional, o valor real per capita dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS cresceu 6,14% e o do Bolsa Família, 12,2%. Em outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho são conservadoras.

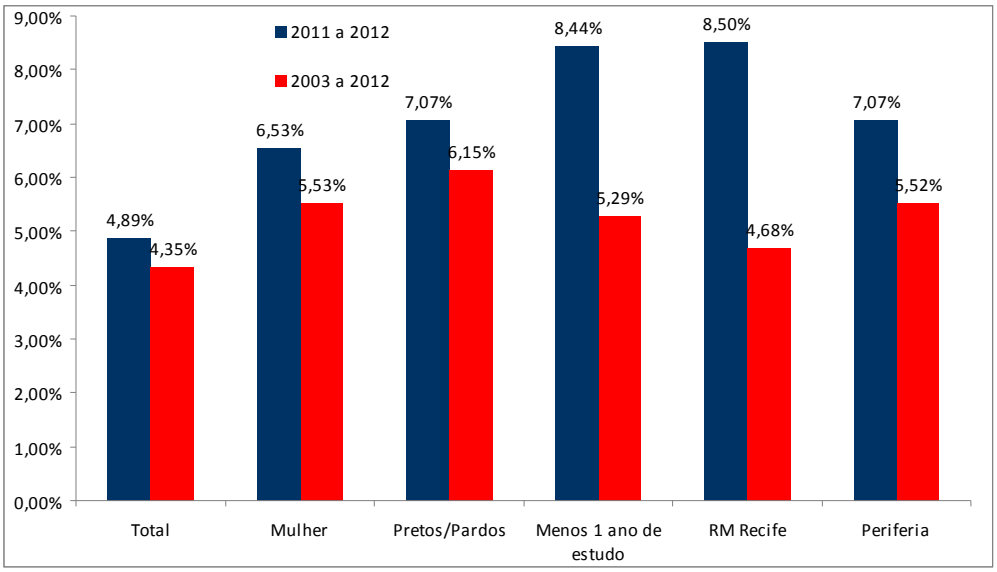
**Detalhando a Desigualdade**

Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. Em um país apelidado de Belíndia, esse tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela. No período de 2003 a 2011, o índice de Gini da Pnad cai a uma média de 1,2% ao ano. De acordo com a PME, no trimestre terminado em setembro de 2012, a desigualdade caiu 1,69% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, uma velocidade de queda 40,5%, ou 0,49 pontos de porcentagem por ano maior. Em cerca de 2/3 dos países do mundo – sejam países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, ou emergentes como a China e a Índia – ocorre o oposto, um aumento da desigualdade.

Exercícios empíricos comparando pessoas iguais em anos diferentes para isolar influências sócio-demográficas observadas mostram que a série de renda controlada desde 2002 teve o seu maior salto entre 2011 e 2012.

Passando à análise por atributos pessoais (e não familiares), a renda individual média pela PME sobe 4,89% de 2011 para 2012 contra a taxa média de 4,35% entre 2003 e 2012. O ano de 2012 se apresentou mais próspero que o período de prosperidade pregresso. Essa diferença em 2012 é particularmente favorável a grupos da sociedade tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros e analfabetos, que crescem a taxas de 6,53%, 8% e 9,6%, respectivamente.

**Taxa de crescimento da renda individual de grupos excluídos (% a.a.)**




Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

**Sustentabilidade** - Outra possibilidade aberta pela estrutura longitudinal da PME ao acompanhar as mesmas famílias ao longo do tempo, é medir o risco associado aos novos

padrões de vida conquistados. Auferimos a proporção de pessoas cruzando a mediana da renda de baixo para cima e de cima para baixo no período de 12 meses.

O risco de regressão cai à metade desde os 24,21% observados na recessão de 2002-2003 chegando a 12,09% entre 2011 e 2012. Já a probabilidade de ascensão sai de 18,39% entre 2002 e 2003 até chegar em 30,11% entre 2011 e 2012. Mais do que um ano de baixo risco de queda das rendas individuais, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida.

**Felicidade -** A quarta e última dimensão preconizada por Stiglitz-Sen é subjetiva, não tendo eco nas estatísticas nacionais. O Ipea foi a campo em outubro de 2012 numa amostra com 3.800 entrevistas representativas do país. O questionário aplica perguntas padronizadas de pesquisas internacionais. Exploramos aqui medições dos níveis de felicidade reportados diretamente pelas pessoas, uma nota de 0 a 10 sobre a respectiva satisfação com a vida corrente.

A pesquisa do Ipea mostra que a nota média de felicidade brasileira hoje é 7,1, o que nos colocaria em 16º lugar entre 147 países do globo segundo dados do Gallup World Poll de 2011 demonstrando avanço frente o 22º lugar entre 132 países em 2006.

**Pesquisa Ipea**

O Ipea aplicou em outubro perguntas padronizadas de questionários internacionais em 3.800 domicílios e confirmou o alto grau de felicidade prevalecente no país. Em uma escala de 0 a 10, os brasileiros dão, em média, nota 7,1 para suas vidas. Esse nível colocaria o país em 16º lugar entre 147 países pesquisados no Gallup World Poll, que apontava uma felicidade média de 6,8 no Brasil em 2010.

Mais dinheiro no bolso talvez traga alguma felicidade. A nota média de satisfação com a vida de quem recebe mais de 10 salários mínimos é 8,4, contra 6,5 de quem vive apenas com o mínimo e 3,7 dos sem renda. Por outro lado, nem tudo é dinheiro. Embora pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, o Nordeste estaria em 9º lugar no *ranking* global, entre a Finlândia e a Bélgica. As médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,13 no Norte e 6,68 no Sudeste.

Na comparação internacional, usamos os microdados de acesso a telefonia fixa como medida das condições de vida individuais (e não agregadas). Observamos que nenhum país do mundo apresenta diferenças de correlação entre felicidade presente e acesso a telefonia menor que o Brasil, há países com relações estatisticamente equivalentes, mas não menores. Isso pode sinalizar um baixo impacto de ativos de tecnologias da informação e comunicação (TICs), ou de sinais de riqueza em geral na felicidade do brasileiro.

Em suma, podemos dizer, à luz das recomendações da comissão, que, apesar do retrocesso no avanço do PIB em 2012, os atributos desejáveis do desenvolvimento se mantiveram vis a vis aos do período de ouro pós-recessão de 2003. A começar pela magnitude da expansão da renda per capita captada a partir de pesquisas domiciliares e sua qualidade inclusiva e sustentável, turbinada pela queda sustentada da desigualdade e pela menor instabilidade da renda de cada um. Finalmente, indicadores subjetivos de felicidade mostram avanços na satisfação com a vida dos brasileiros entrevistados em suas casas.

# 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?[1]

## Introdução

O crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro nos três primeiros trimestres de 2012 decepcionou, mesmo na comparação com aquele observado em 2011 ou com as previsões mais pessimistas. Projeta-se um crescimento médio em torno de 1% em 2012 contra 2,7% em 2011 e 7,5% em 2010. Esse desempenho econômico contrasta com as pesquisas de avaliação da população sobre o desempenho do governo e da presidente. Se quisermos entender esse aparente paradoxo, temos de nos debruçar sobre outras dimensões da experiência humana. Um bom roteiro nessa direção é encontrado no livro de 2010 de dois Prêmios Nobel em Economia, Joseph Stiglitz e Amartya Sen, intitulado *"(Mis)Measuring Our Lives"*. O livro reflete as conclusões de uma comissão internacional de notáveis sobre como medir o progresso das sociedades e que podem ser sintetizadas em quatro recomendações, a saber:

**Crescimento em pesquisas domiciliares -** O trabalho alerta quanto à necessidade de se melhorar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no PIB. Em particular, enfatizar também as perspectivas de crescimento da média da renda e do consumo das famílias captadas a partir de pesquisas domiciliares para melhor aferir padrões da evolução material da vida média.

**Sustentabilidade -** Considerar estoques de ativos como, por exemplo, atributos ambientais para incorporar a sustentabilidade dos indicadores de desempenho ao longo do tempo, isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Vamos observar os estoques de ativos captados pelas pesquisas e, em particular, a educação para analisar a estabilidade da renda do trabalho.

**Inclusão -** Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição entre pessoas e entre grupos da sociedade. Isto é, devemos enxergar a desigualdade vertical e horizontal dos fluxos de renda e dos estoques de ativos. Em um país apelidado de Belíndia, este tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela.

**Percepção -** Por fim, a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões captadas nas avaliações das pessoas com relação às suas vidas, visa obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Ou seja, não basta objetivamente melhorar de vida, também é preciso que as pessoas percebam essa evolução. Utilizamos aqui, como referência de indicadores subjetivos, medidas de felicidade ou satisfação com a vida corrente que têm ganhado proeminência na literatura.

A presente pesquisa busca medir o progresso brasileiro em 2012 e colocá-lo em perspectiva com aquele observado no período de prosperidade pregresso utilizando as quatro

[1] Elaborado por Marcelo Côrtes Neri, presidente do Ipea. Registramos o excelente apoio de pesquisa dado por Marcos Hecksher, Luisa Melo e Samanta Monte.

recomendações da comissão citadas acima. A pergunta básica é: o período de progresso brasileiro observado desde o fim da recessão de 2003 terminou em 2012? Em que dimensões?

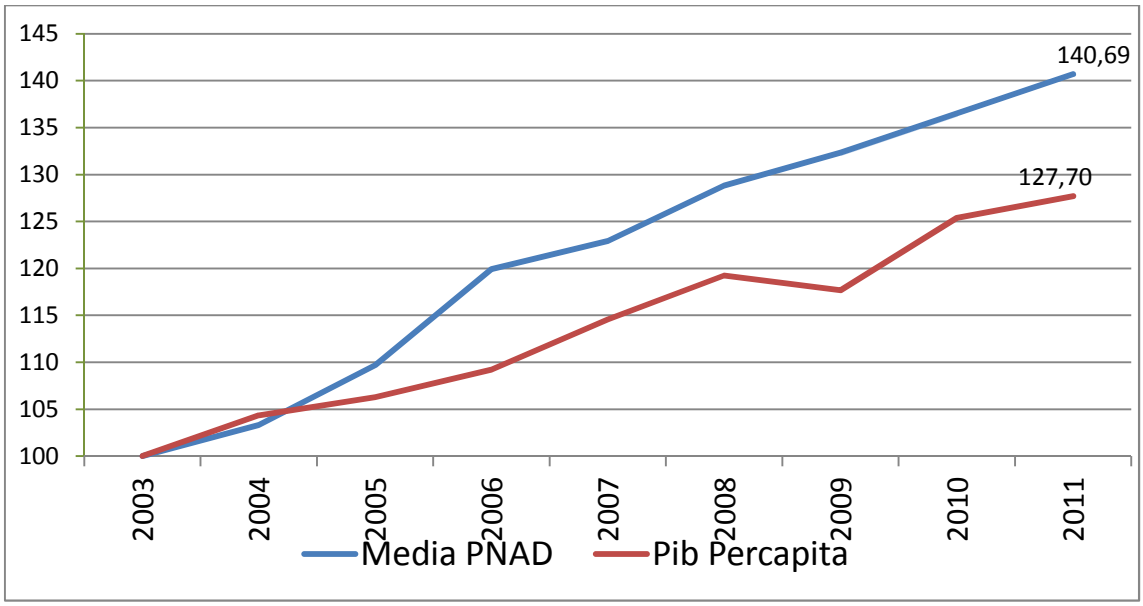
**PIB x Pnad x PME -** Encontramos entre nossa pergunta e as respostas desejadas diversos percalços. A primeira dessas limitações empíricas é a indisponibilidade de pesquisas domiciliares em escala nacional para o ano corrente, uma vez que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012 só estará disponível em setembro de 2013. Se queremos ainda tomar como ponto de partida 2010, há indisponibilidade de natureza permanente da Pnad, pois nesse ano ela cedeu lugar à aplicação do último Censo Demográfico. Ou seja, nos extremos do período de 2010 a 2012, não há Pnads hoje disponíveis.

Utilizamos para avaliar o período de 2010 a 2012, com ênfase nos últimos 12 meses, os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os dados são comparados com os das Contas Nacionais, os da Pnad e os da própria PME no período anterior desde o fim da recessão de 2003. A PME permite medir, apenas no âmbito das seis maiores metrópoles brasileiras, a evolução da renda do trabalho, inclusive rendimentos e ocupações formais e informais de todos os membros dos domicílios. A fim de minimizar incongruências entre essas três bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comparamos apenas as variações das diversas medidas utilizadas. A começar pelo crescimento da renda domiciliar *per capita*, que é o conceito de referencia central da literatura de bem-estar social, por sintetizar diversos elementos atuantes nos vários membros dos domicílios.

**I - Crescimento**

Neri (2007 e 2011) e Ipea (2012a) apontam forte descompasso entre o crescimento do PIB *per capita* e a renda domiciliar *per capita* da Pnad. No período de 2003 a 2011, enquanto a primeira cresce em média 4,36% ao ano, a última cresce 3,1%, o que corresponde a uma taxa de crescimento 40,5% maior ou com 1,26 pontos de porcentagem por ano a mais na Pnad do que no PIB.

**PIB *per capita* x média de renda Pnad** (2003 = 100)



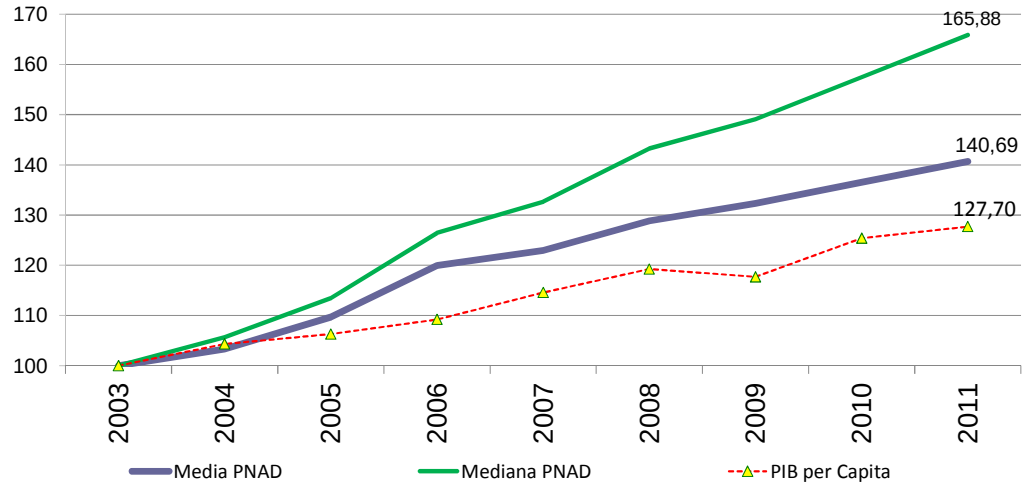

Fonte: Ipea a partir da Pnad/IBGE e das Contas Nacionais/IBGE.

A novidade aqui é apontar a causa principal desse descolamento recente do crescimento médio entre PIB e Pnad: a discrepância entre seus deflatores, ou seja, a inflação medida pelo deflator do PIB e o Índice de Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O primeiro cresce 1,9% ao ano a mais do que o segundo. Se recalculássemos a evolução real do PIB pelo custo de vida das pessoas, o crescimento médio do PIB teria sido de 5,02% ao ano, em lugar dos 3,1% observados no período de 2003 a 2011.

**Mediana -** Uma maneira simples e direta de sintetizar os efeitos de mudanças na média e na desigualdade de renda supracitados é utilizar a mediana da renda. Se no período de 2003 a 2011 o PIB e a renda média da Pnad cresceram a taxas de 3,1% e 4,36% ao ano, a renda mediana da Pnad cresceu a 5,94% ao ano. Ou seja, o João da Silva que habita o meio da distribuição de renda brasileira cresceu nesse período a taxas indianas.

**PIB *per capita* x média de renda Pnad x mediana Pnad**

(2003 = 100)

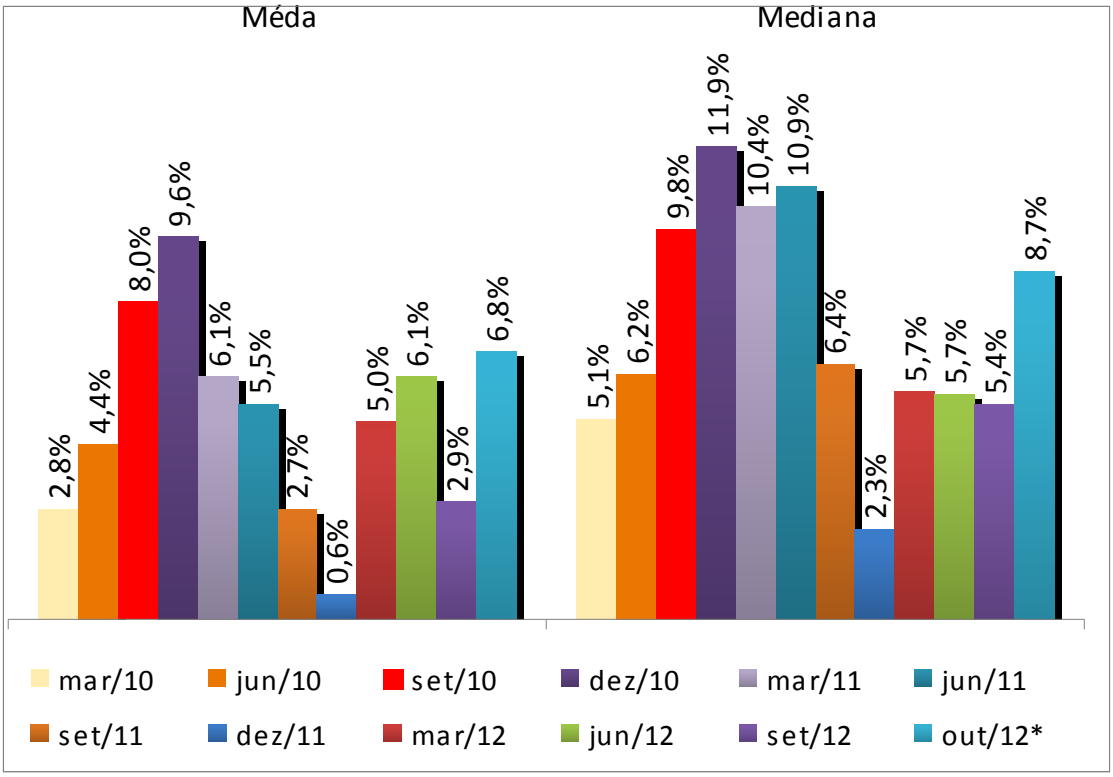



Fonte: Ipea a partir da Pnad/IBGE e das Contas Nacionais/IBGE.

**"PIBinho" x PME -** A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias captada pela PME, ambos em termos *per capita*, é ainda maior em 2012. No terceiro trimestre de 2012, enquanto o PIB cresceu 0,9% e o PIB *per capita* cresceu algo próximo de zero, a renda *per capita* do trabalho média das famílias cresceu algo em torno de 2,93% na mesma comparação com igual período do ano anterior. Já a mediana cresceu 5,4% na mesma comparação. Ou seja, a média e a mediana da renda *per capita* do trabalho reportada pelas famílias na PME cresceram acima do PIB *per capita* em 3 e 5,3 pontos de porcentagem, respectivamente.

**Retomada recente -** Uma das vantagens da PME em relação às Contas Nacionais e seu subproduto mais popular, o PIB, é a velocidade com que seus dados são coletados e difundidos. Hoje sabemos precisar a sua respectiva taxa de crescimento de 6,8% na comparação de outubro de 2012 com o mesmo período do ano anterior. Como mostra o gráfico a seguir, se a renda da PME sofreu uma desaceleração no terceiro trimestre de 2012 até a taxa de crescimento de 2,93% mencionada anteriormente, houve uma paulatina recuperação ao longo do trimestre, culminando numa taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* de 6,8% em outubro de 2012 em relação a outubro de 2011.

**Variação da renda – trimestre contra trimestre**




Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.
* Variação de out/2011 a out/2012.

Se há limitações nos dados da PME, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro nos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME (*booms* surgidos depois dos lançamentos dos planos Cruzado e Real, o "Real do Lula", os efeitos das crises externas de 1997, 1999 e 2008, entre outras). Segundo a Pnad, a renda do trabalho corresponde a 77% da renda das famílias em termos nacionais e a 81% nas seis principais áreas metropolitanas cobertas pela PME. Além disso, a renda de previdência foi impulsionada pelo aumento nominal de 14% no salário mínimo em janeiro de 2012 e pela expansão do Bolsa Família sob a égide do lançamento do Brasil Carinhoso em maio de 2012. De outubro de 2011 a outubro de 2012, já descontada a inflação pelo INPC, o valor total dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cresceu 7,1% (MPS, 2012) e o do Bolsa Família, 13,2% (MDS, 2012). Em outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho são até certo ponto conservadoras.

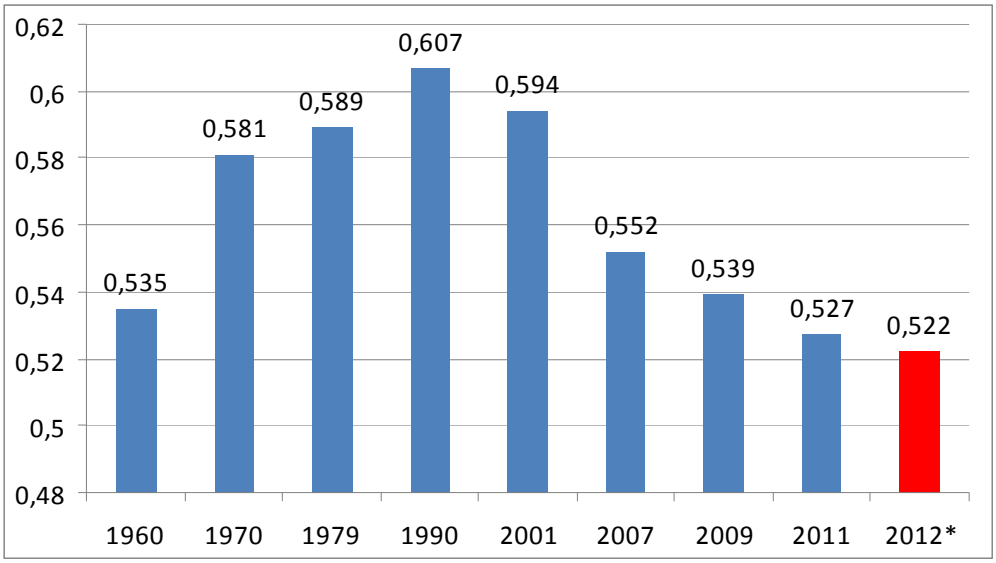
**II - Desigualdades**

**Vertical -** A PME permite analisar em detalhe a distribuição de renda *per capita* entre pessoas. Isso possibilita acompanhar até os dias de hoje a evolução de medidas globais de desigualdade vertical da renda (índices de Gini e Theil, diferenças entre média e mediana etc.).

A desigualdade de renda domiciliar *per capita* medida pelo índice de Gini da Pnad cai no período de 0,581 em 2003 para 0,527 em 2011, uma queda média de 1,2% ao ano. De acordo

com nossos cálculos sobre dados mais recentes da PME, no trimestre terminado em setembro de 2012, a desigualdade caiu 1,69% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, uma velocidade de queda 40,5% ou 0,49 pontos de porcentagem por ano maior. O resultado dessa combinação de crescimento com redução da desigualdade é o crescimento mais acelerado do nível de bem-estar social.

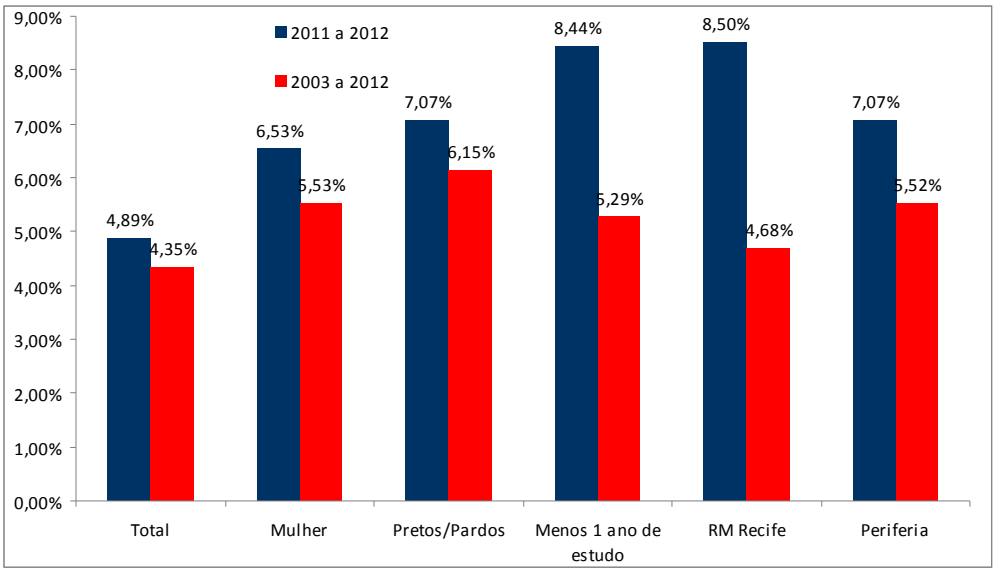
**Visão de longo prazo desigualdade de renda *per capita* (Gini)**




Fonte: Ipea a partir dos microdados da Pnad/IBGE, PME/IBGE e Censo/IBGE e Langoni (1973).
* Calculado a partir da PME/IBGE de set/2012.

**Horizontal -** Para estudar a distribuição horizontal do crescimento de renda por grupos da sociedade (sexo, raça, educação, metrópole etc.), recorremos à análise comparada do crescimento na PME em 2012 com aquele observado no período de 2003 a 2012. Usamos a renda individual da população entre 15 e 60 anos de idade para isolar elementos que atuam sobre atributos pessoais, não familiares. A renda individual média nessa faixa etária sobe 4,89% de 2011 para 2012 contra a taxa média de 4,35% entre 2003 e 2012. No caso das mulheres, esses números sobem de 5,53% para 6,53%. As respectivas taxas para pretos e pardos foi 7,07% e 5,17%. No aspecto espacial há também maior crescimento de localidades mais pobres como as periferias das metrópoles cuja renda sobe 7,07% em 2012 e 5,52% na média anual entre 2003 a 2012. Enquanto Recife, a metrópole mais pobre das seis consideradas, apresentou a taxa de crescimento de 8,5% e 4,68% nestes respectivos períodos. A estatística mais consistente em exercícios que isolam a importância relativa de cada atributo pessoal é a escolaridade. A renda de pessoas com menos de 1 ano completo de estudo sobe 9,6% em 2012 e 4,22% na média do período 2003 a 2012. Note-se que nesse ínterim cai a participação do grupo de analfabetos na população.

**Inclusão horizontal – taxa de crescimento da renda individual de grupos excluídos**

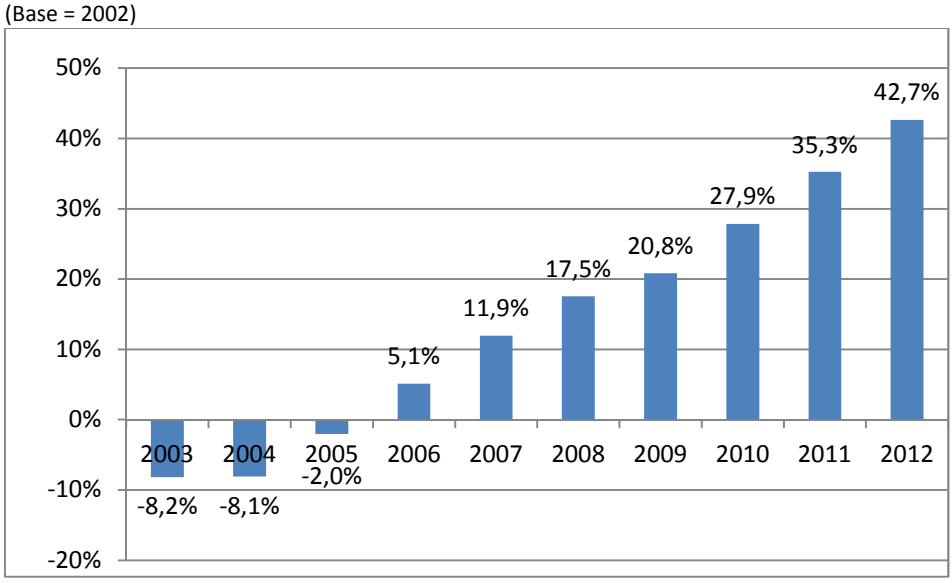



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

Em suma, o ano de 2012 se apresentou mais próspero que o período de prosperidade pregresso. Essa diferença em 2012 é particularmente favorável a grupos da sociedade tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros, analfabetos, nordestinos e moradores das periferias metropolitanas.

**Efeito-ano -** Realizamos na PME, entre 2003 e 2012, exercício de análise da renda domiciliar *per capita* controlado por características sócio-demográficas como sexo, idade, cor, região metropolitana, posição na família e escolaridade, de forma a isolar os efeitos temporais das mudanças nessas características observadas. Os dados mostram que a renda controlada vem crescendo ano a ano e que o maior salto se deu entre 2011 e 2012. Ou seja, mesmo comparando pessoas iguais em anos diferentes, 2012 não pode ser considerado um ano desfavorável em termos de crescimento de renda, pelo contrário.

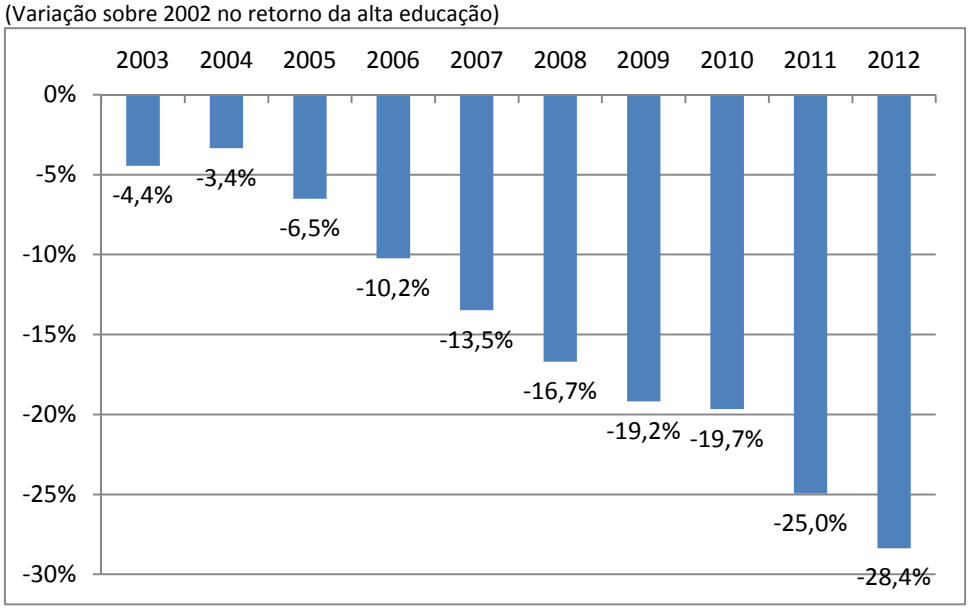
**Equação de renda *per capita* - efeito ano**
(Base = 2002)




Fonte: Ipea a partir dos microdados da PME/IBGE.

Um segundo exercício interage a variável ano com educação. Se analisarmos a categoria mais alta, de 11 anos ou mais de estudo, tomando como base as pessoas com 1 ano ou menos de escolaridade, observamos uma queda cumulativa do retorno da alta educação a partir de 2004. Em 2012, a queda acumulada do retorno da educação em relação a 2002 é de 28,4%. Entre 2011 e 2012 a queda é de 3,4 pontos de porcentagem, indicando que, neste ano em curso, a alta da escolaridade continua a contribuir para a redução da desigualdade.

**Equação de renda *per capita* – *dummies* interativas**
(Variação sobre 2002 no retorno da alta educação)




Fonte: Ipea a partir da PME/IBGE.

### III - Sustentabilidade

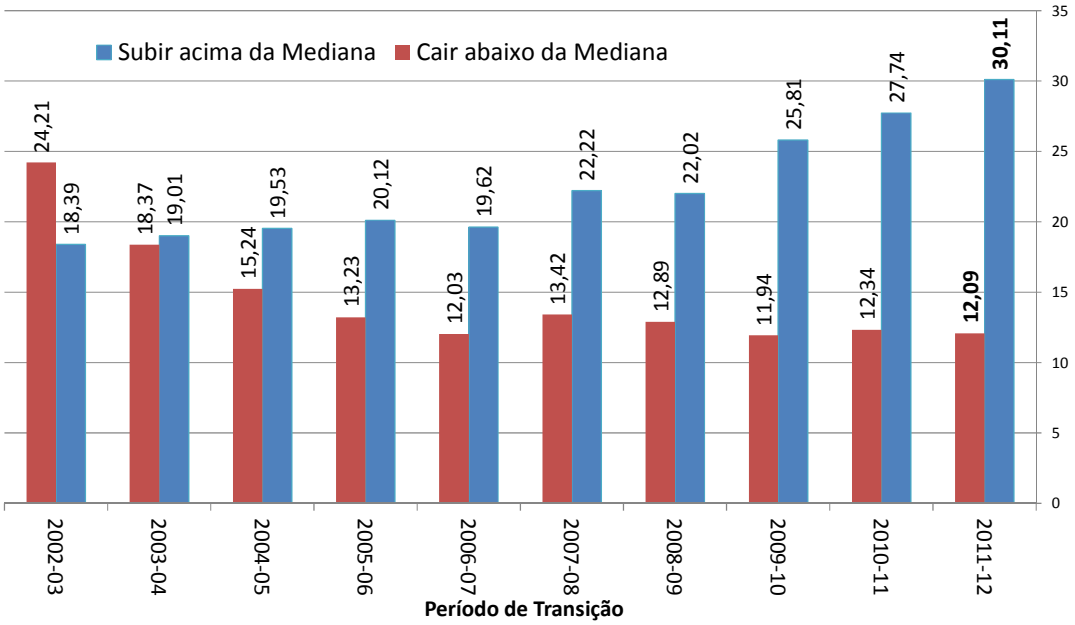
**Ingredientes trabalhistas -** A renda do trabalho captada pela PME confere alguma medida de sustentabilidade dos movimentos, em particular se colocada lado a lado com os seus determinantes imediatos, com destaque para a evolução da educação e do seu retorno, da ocupação e fatores demográficos associados. Aplicamos uma decomposição dos fatores determinantes da renda individual na população entre 15 e 60 anos de idade. Como vimos, a renda sobe mais rapidamente de 2011 para 2012 do que no período de 2003 a 2012. Quais seriam os fatores trabalhistas e demográficos por trás dessa tendência? Os 4,89% (4,35%) de crescimento em 2012 (de 2003 a 2012) são compostos por 2,97% (1,23%) do retorno da unidade de esforço do binômio educação/trabalho, entendido como salário-hora por ano de estudo. Ao mesmo tempo, a escolaridade sobe 1,39% (1,52%) e a jornada cai 0,14% (0,16%). A taxa de ocupação na população economicamente ativa (ocupados/PEA), igual a 100% menos a taxa de desemprego, sobe 0,14% (1,38%)[2], ao passo que a taxa de atividade na população em idade ativa (PEA/PIA) sobe 0,46% (0,31%).

| | **População Total -15 a 60 anos** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Categoria** | **Ano** | **Renda de Todos Trabalhos =** | **Salário-Hora por Anos de Estudo x** | **Anos de Estudo x** | **Horas Trabalhadas x** | **Taxa de Ocupação na PEA x** | **Taxa de Participação no Mercado de Trabalho** |
| | **Taxa de Crescimento 2011-12** | **4,89%** | **2,97%** | **1,39%** | **-0,14%** | **0,14%** | **0,46%** |
| | **Taxa de Crescimento Anual 2003-12** | **4,35%** | **1,23%** | **1,52%** | **-0,16%** | **1,38%** | **0,31%** |

[2] Conforme destacado pelo Ipea (2012b) no número 53 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, as taxas de desemprego mensais em 2012 têm sido as mais baixas da série histórica da PME iniciada em 2002 e seguem em queda também da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

**Riscos familiares -** Outra possibilidade aberta pela estrutura longitudinal da PME, que acompanha as mesmas famílias ao longo do tempo, é medir o risco associado aos novos padrões de vida conquistados. Em particular, auferimos a proporção de pessoas cruzando a mediana da renda de baixo para cima e de cima para baixo no período de 12 meses, conforme os gráficos a seguir.

**Risco de renda ao longo do tempo - chance de cair abaixo e subir acima da mediana**




Fonte: IPEA a partir da PME/IBGE.

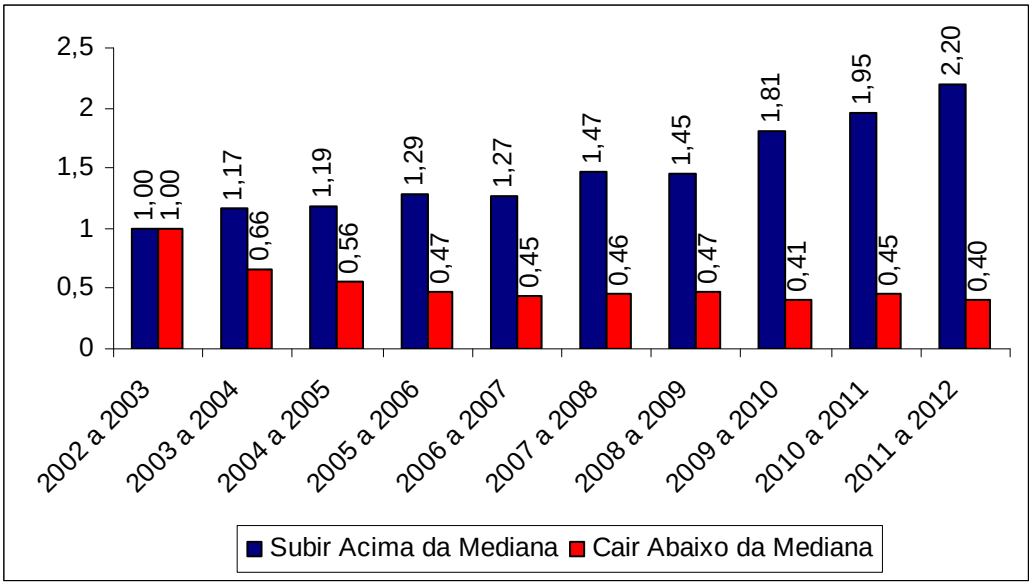
A probabilidade de cruzar de baixo para cima a mediana de renda de todo o período sobe em geral entre 2002 e 2012. Sai de 18,39% entre 2002 e 2003 para 22% entre 2007 e 2008, cai ligeiramente na crise de 2008 a 2009 e sobe aceleradamente desde então: 25,81% (2009-2010), 27,74% (2010-2011) até culminar em 30,11% entre 2011 e 2012[3].

O risco de decadência, medido pela probabilidade de cruzar a mediana de cima para baixo, vai perdendo força ao longo do tempo. Cai à metade desde os 24,21% observados na recessão de 2002-2003 até os 13,42% registrados em 2007-2008, na véspera da crise. Mesmo depois da crise, essa estatística se estabiliza num patamar em torno de 12%, chegando a 12,09% entre 2011 e 2012.

À semelhança da análise de nível de renda, realizamos, a partir dos dados longitudinais da PME, exercício de análise da transição da renda domiciliar *per capita* para cima e para baixo da mediana controlado por características sociodemográficas como sexo, idade, cor, região metropolitana, posição na família e escolaridade, de forma a isolar os efeitos temporais das mudanças nessas características observadas.

[3] Considerando, neste caso, os períodos de janeiro a outubro em 2011 e 2012.

**Risco de renda controlado entre anos - chance de cair abaixo e subir acima da mediana**
(Base 2002-2003 = 1)




Fonte: IPEA a partir da PME/IBGE

Os resultados controlados indicam, ainda mais fortemente que os não controlados, que as transições para baixo da mediana atingiram a menor magnitude entre 2011 e 2012, enquanto as transições no sentido contrário atingiram o seu ápice no biênio.

Em suma, tomando a mediana como linha de referência, a probabilidade de queda da renda está nos últimos anos estabilizada no menor patamar da série da PME, enquanto a probabilidade de ascensão nunca foi tão alta. Mais do que um período de relativa estabilidade das rendas reportadas por cada indivíduo, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida.

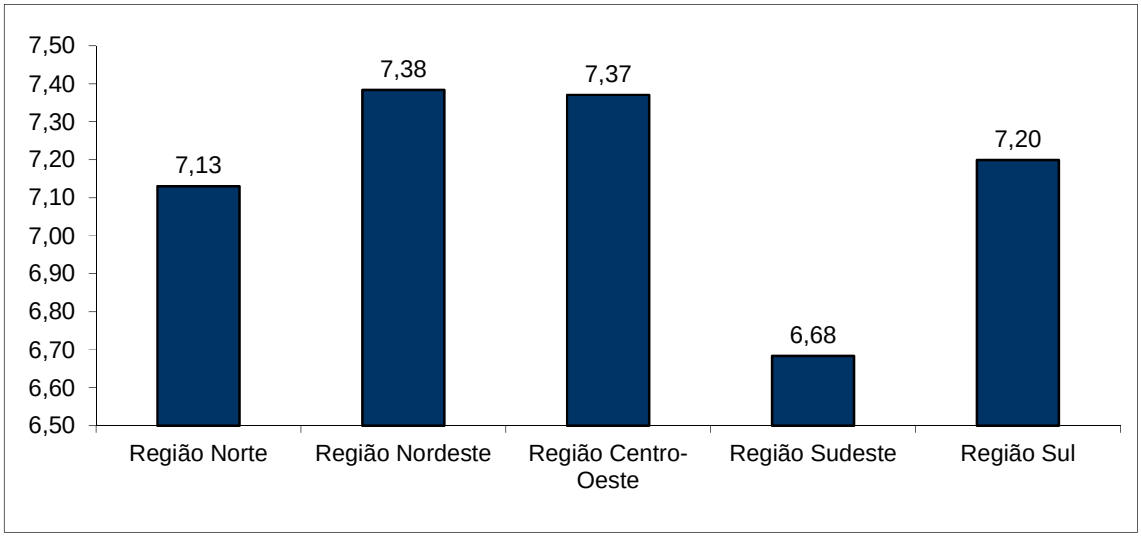
**IV - Felicidade**

A quarta e última dimensão preconizada por Stiglitz-Sen, a subjetiva, não encontra eco nas estatísticas produzidas no Brasil. Em função disso, o Ipea foi a campo em outubro de 2012 numa amostra representativa do país com 3.800 entrevistas junto à população com 15 anos ou mais. O questionário aplica, entre outras, perguntas padronizadas de pesquisas internacionais aqui divulgadas em primeira mão. Mais especificamente, exploramos aqui medições dos níveis de felicidade reportados diretamente pelas pessoas. A pergunta utilizada é simples, pedindo ao entrevistado uma nota de 0 a 10 sobre sua satisfação com a vida corrente.

**Felicidade geral -** A pesquisa do Ipea mostra que a nota média de felicidade brasileira hoje é 7,1, o que nos colocaria em 16º lugar entre 147 países do globo segundo dados do Gallup World Poll de 2011, que aponta uma felicidade geral de 6,8 no Brasil em 2010.

**Felicidade nordestina -** Apesar de pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, a região Nordeste estaria em 9º lugar no ranking global, entre a Finlândia e a Bélgica. As médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,1 no Norte e 6,68 no Sudeste.

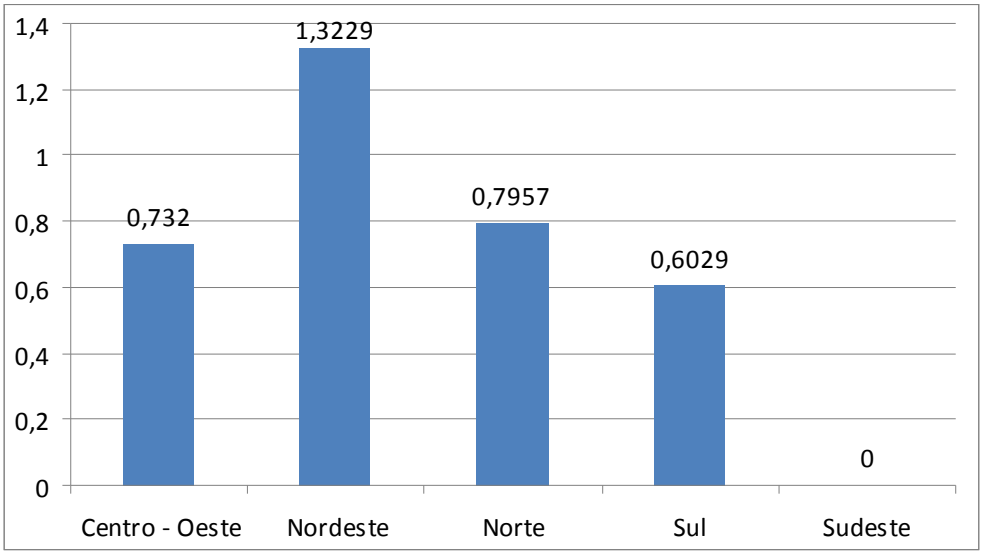
**A geografia da felicidade presente – macrorregiões**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

**Felicidade controlada -** Exercícios controlados mostram que, quando comparamos pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade relativa do Nordeste é a maior e a do Sudeste é a menor, ficando as demais regiões no meio do caminho, conforme o gráfico a seguir.

**Chances de felicidade controlada – geografia da felicidade brasileira**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

**Dinheiro traz a felicidade? -** O senso comum nos informa que a felicidade pode ser considerada como o objetivo último na vida de cada pessoa. O estudo da satisfação com a vida tem interesse intrínseco, bem como outras motivações, como a avaliação de políticas públicas alternativas e a solução de quebra-cabeças empíricos da economia. Em relação a este último aspecto, provavelmente o paradoxo mais intrigante a ser explicado é a correlação extremamente fraca que diversos estudos apresentam entre renda, a variável mais venerada em economia, e felicidade. Inúmeros países que experimentaram um aumento drástico na renda real desde a Segunda Guerra não observaram um aumento no bem-estar auto-avaliado pela população – pelo contrário, a mesma diminuiu. Em um dado ponto no tempo, a renda

mais alta está positivamente associada à felicidade das pessoas, contudo, ao longo do ciclo de vida e ao longo do tempo, essa correlação é fraca, como no chamado Paradoxo de Easterlin. As pessoas adaptam suas aspirações aos maiores ingressos e se tornam mais exigentes à medida que a renda sobe. Como veremos mais adiante, esta visão foi recentemente desafiada por resultados empíricos apresentados por Angus Deaton. É muito cedo para escolher o lado da discussão, mas o lançamento dos novos dados do Gallup World Poll que cobrem mais de 132 países, ampliaram o horizonte geográfico da discussão, e o trabalho pioneiro de Deaton sobre eles reembaralhara as cartas de felicidade com as notas de dinheiro. Sem ainda fazer apostas em dinheiro como causa principal da felicidade, discutimos, a partir dos microdados deste mesmo conjunto de informações, as relações entre renda e felicidade.

**Felicidade observada -** A fraca e volúvel relação entre renda e felicidade nos estudos empíricos motivou pesquisadores a irem a um passo adiante da posição "objetivista" da teoria econômica, baseada somente nas escolhas feitas pelos indivíduos e que podem ser observadas. Na abordagem tradicional, a utilidade individual depende apenas de bens tangíveis, serviços e lazer, e é inferida quase exclusivamente do comportamento (ou preferência revelada). A abordagem axiomática da preferência revelada explica que as escolhas feitas fornecem toda a informação necessária a partir da utilidade dos indivíduos. De acordo com Sen (1986), "a popularidade desta visão pode ser atribuída à crença peculiar de que escolha [...] é o único aspecto humano que pode ser observado".

A partir do trabalho de Easterlin (1974) – cuja relevância percebida aumenta a partir da última parte da década de 1990, quando um conjunto de economistas começa a realizar análises empíricas de larga escala sobre os determinantes da felicidade em diferentes países e períodos[4] – o interesse econômico na mensuração do bem-estar individual subjetivo cresceu consideravelmente.

Uma visão subjetiva de utilidade reconhece que cada pessoa tem suas próprias ideias sobre felicidade e sobre o que é uma vida boa. Nessa perspectiva, o comportamento observado seria um indicador incompleto para o bem-estar individual. A felicidade dos indivíduos poderia ser captada perguntando diretamente às pessoas o quão satisfeitas elas estão com suas vidas. As variáveis de interesse estão baseadas no julgamento das pessoas por elas mesmas, de acordo com a premissa de que elas são os melhores juízes sobre a qualidade geral de suas vidas e, portanto, nenhuma estratégia poderia ser mais natural e direta do que lhes perguntar sobre seu nível de bem-estar. A principal ideia é que o conceito de felicidade subjetiva nos possibilitaria captar diretamente o bem-estar humano, em vez de mensurar renda ou outras coisas que não são exatamente o que as pessoas querem ao fim e ao cabo, mas que são, ao contrário, os meios através dos quais se pode conseguir – ou não – usufruir da felicidade.

Segundo Frey e Stutzer (2002), bem-estar (*well-being*) subjetivo é um conceito mais amplo do que a utilidade da decisão e é o objetivo final. Eles sustentam que, para muitos fins, a felicidade ou o bem-estar subjetivo relatado são uma aproximação empírica satisfatória para

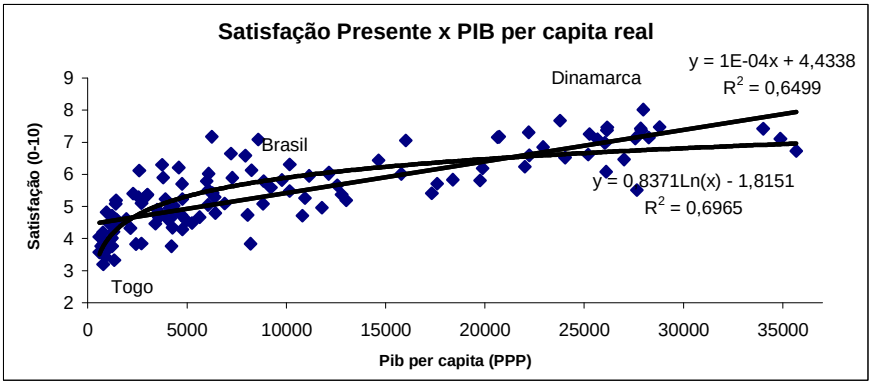
[4] Para sumários da literatura, veja Kahneman, Diener e Schwarz (1999) e Frey e Stutzer (2002).

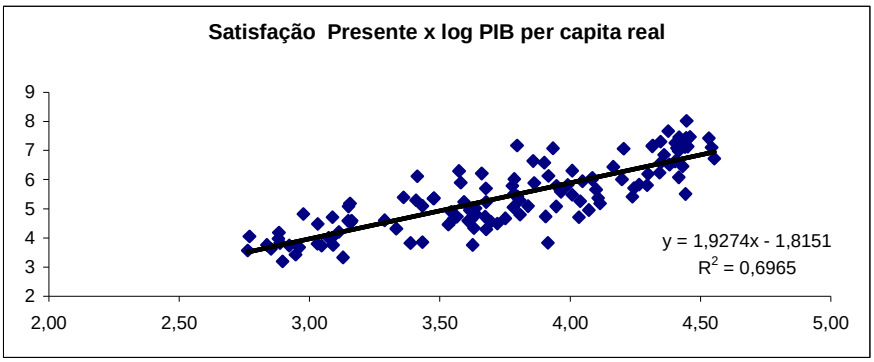
a utilidade individual. Como as pessoas mensuram seu nível de bem-estar subjetivo em relação às circunstâncias pessoais e às outras pessoas, incluindo experiências passadas e expectativas futuras, eles sugerem que medidas de bem-estar subjetivo sirvam como medidas de utilidade. Ademais, como o propósito de mensurar a felicidade não é comparar seus níveis no sentido absoluto, mas identificar os determinantes da felicidade, como será feito aqui, não é necessário assumir que o bem-estar subjetivo relatado é, de forma cardinal, mensurável ou que é comparável entre as pessoas. Além disso, diversos autores encontraram alta correlação entre felicidade reportada e sorriso. Outros encontraram a mesma correlação entre infelicidade, cérebro e atividade cardíaca: "estas mensurações subjetivas parecem conter quantidades substanciais de variação válida".

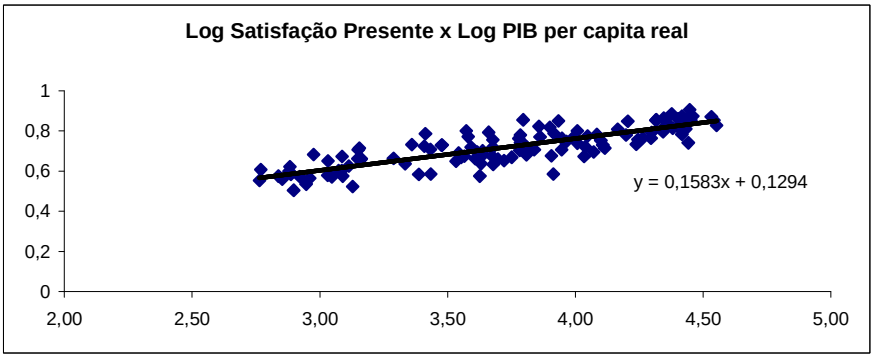
Angus Deaton (2007), usando dados do Gallup World Poll, não apenas desafia as interpretações mais ou menos estabelecidas da literatura empírica prévia, em particular que "dinheiro não traz felicidade (ou seja, satisfação com a vida no longo prazo)", mas seu uso daquela base é algo mais rico em conteúdo e em número de países do que as pesquisas anteriores. O artigo de Deaton (2007) é a referência-chave dissonante da literatura empírica. Iniciamos pelos mesmos dados do Gallup World Poll de 2006 disponível para 132 países, explorando exercícios simples bivariados de satisfação com a vida em níveis e diferenças através de diferentes horizontes contra o PIB *per capita* ajustado por paridade de poder de compra a fim de compararmos laranjas com laranjas entre países. O mergulho inicial do impacto da renda ao nível mundial sobre a satisfação com a vida nos informa que Togo ocupa a lanterninha com 3,2 numa escala de 0 a 10 e a Dinamarca, o ápice com 8,02. O Brasil está numa posição mais para a nação europeia do que para a africana, atingindo naquele ano 6,64, acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB *per capita*.

Deaton trabalha basicamente com regressões de médias entre países (*cross-country regressions*). Nosso exercício sugere, em princípio, que uma especificação log-linear se ajusta melhor aos dados do que uma especificação em nível, implicando uma relação côncava. O segundo gráfico a seguir mostra uma relação quase linear entre log de renda e satisfação com a vida presente, o que permite se suspeitar que a linha de tendência logarítmica esteja melhor ajustada aos dados que a reta do gráfico anterior. O terceiro gráfico mostra que a dupla relação em logaritmos parece adequar-se melhor aos dados – e é inclusive mais condizente com o modelo teórico usado pelo próprio Deaton. Neste último caso, o coeficiente estimado nos informa diretamente uma elasticidade-renda de longo prazo da felicidade que seria constante: para cada 10% de incremento de renda a felicidade subiria algo como 1,5% no longo prazo.

**Correlação entre PIB e Satisfação com a Vida**
**Testando formas funcionais diferentes**



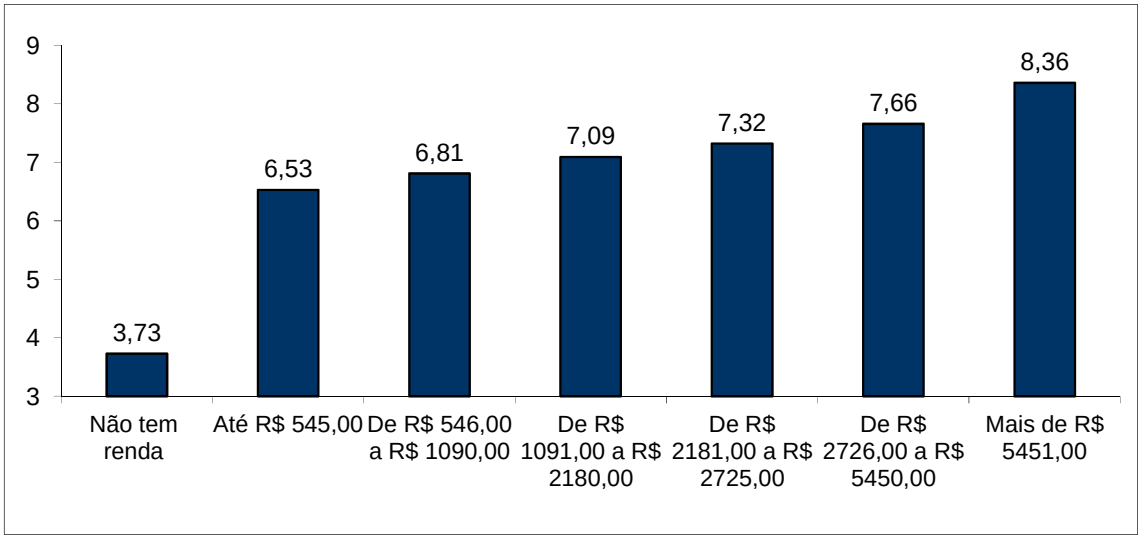




Fonte: Microdados da Gallup World Poll 2006 e Pen World Tables

Nos dados brasileiros, encontramos alguma correlação entre renda familiar e felicidade. A pesquisa mostra que dinheiro talvez traga a felicidade. A nota média de satisfação com a vida de quem vive com mais de 10 salários mínimos é 8,4, contra 6,5 de quem vive apenas com o mínimo. A nota dos sem renda é de apenas 3,7.

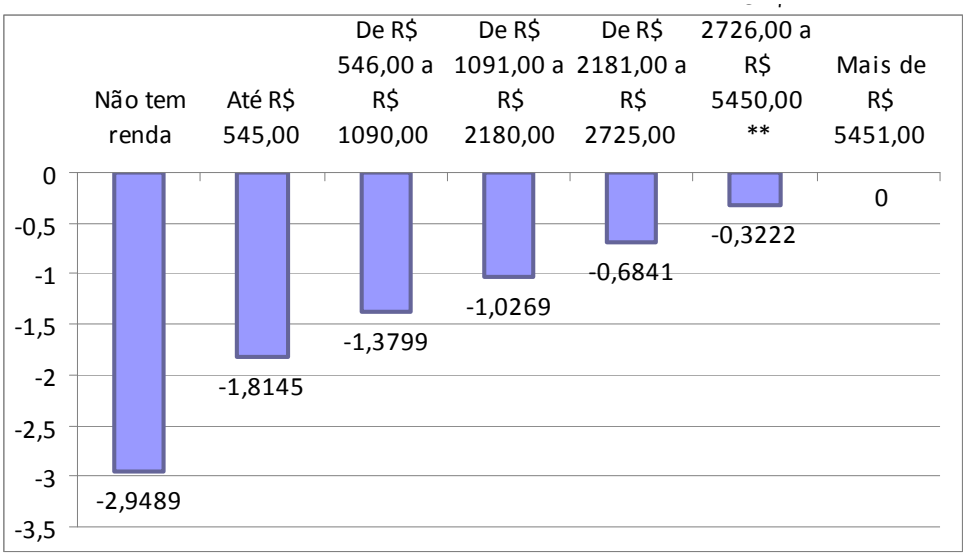
**Renda e felicidade**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

A partir dos mesmos exercícios controlados apontados mais acima, quando comparamos pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade cresce com a renda, conforme o gráfico a seguir.

**Felicidade controlada**




Fonte: Ipea - pesquisa de campo realizada em out/2012.

Ou seja, o mesmo exercício anterior atesta que a renda familiar é um determinante da felicidade brasileira.

Na comparação internacional, usamos os microdados de acesso a telefonia fixa como medida das condições de vida individuais (e não agregadas). Observamos que nenhum país do mundo apresenta diferenças de correlação entre felicidade presente e acesso a telefonia menor que o Brasil, há países com relações estatisticamente equivalentes, mas não menores. Isso pode sinalizar um baixo impacto de ativos de tecnologias da informação e comunicação (TICs) ou de sinais de riqueza em geral na felicidade do brasileiro.

**Ranking de felicidade presente -** Em 2006, o Brasil era o número 22 no *ranking* mundial de felicidade presente, acima da posição no *ranking* de renda número 52 de 132 países. Ou seja, tínhamos mais felicidade presente que o nosso dinheiro no bolso sugeriria. De 2006 para 2009, a posição relativa do país aumentou de 22º lugar de 132 países para o 17º lugar em 146 países e agora em 2011 subimos para o 16º lugar entre 147 países.

## V - Conclusões

Dois Prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apresentaram os resultados de um relatório elaborado por uma comissão formada a pedido do presidente francês, Nicolas Sarkozy. A Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social contou com outros 21 pesquisadores de renome, incluindo Angus Deaton e James Heckman. O conteúdo do relatório acabou de ser publicado sob o formato de livro, intitulado "(*Mis)measuring Our Lives*".

Não cabe aqui discutir o relatório em profundidade, nem mesmo as críticas que possam ser ventiladas a seu respeito, mas aplicar as suas quatro principais conclusões ao caso brasileiro, comparando o desempenho observado em 2012 até outubro com o período pós-recessão desde 2003. Isso pode ser traduzido na questão fundamental: o crescimento do PIB brasileiro desacelerou em 2012, mas que dimensões do progresso brasileiro foram perdidas?

**Crescimento -** O trabalho de Stiglitz-Sen alerta quanto à necessidade de se ampliar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no PIB e, em particular, enfatizar a perspectiva da renda do domicílio. Nesse aspecto, cabe lembrar que, embora no longo prazo, no caso brasileiro, a evolução de agregados como o PIB das Contas Nacionais e a renda da Pnad apresentem tendências semelhantes, há um forte descolamento no período de 2003 a 2011, quando a renda média da Pnad cresceu 1,26 pontos de porcentagem por ano a mais que o PIB.

De acordo com a visão objetiva das pessoas, os seus respectivos padrões médios de vida estavam crescendo mais do que as Contas Nacionais sugerem. Na maioria dos outros países, como o livro aponta, tem acontecido o reverso, e as respectivas Pnads indicam crescimento menor que o do PIB.

A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias captada pela PME, ambos em termos *per capita*, é ainda maior em 2012. O diferencial de crescimento de renda do trabalho é quase 3 pontos de porcentagem superior ao ocorrido no PIB até o terceiro trimestre de 2012.

Uma das vantagens da PME em relação às Contas Nacionais é a velocidade com que seus dados são coletados e difundidos. Hoje sabemos precisar a sua respectiva taxa de crescimento de 6,8% na comparação de outubro 2012 com o mesmo mês do ano anterior. Ou seja, pela PME há uma recuperação em curso no início do quarto trimestre de 2012.

**Inclusão -** Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. Em um país apelidado de Belíndia, esse tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela. No período

de 2003 a 2011, o índice de Gini da Pnad cai a uma média de 1,2% ao ano. De acordo com a PME, no trimestre terminado em setembro de 2012, a desigualdade caiu 1,69% quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, uma velocidade de queda 40,5%, ou 0,49 pontos de porcentagem por ano maior. Em cerca de 2/3 dos países do mundo – sejam países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, ou emergentes como a China e a Índia – ocorre o oposto, um aumento da desigualdade.

Passando à análise por atributos pessoais (e não familiares), a renda individual média pela PME sobe 4,89% de 2011 para 2012 contra a taxa média de 4,35% entre 2003 e 2012. O ano de 2012 se apresentou mais próspero que o período de prosperidade pregresso. Essa diferença em 2012 é particularmente favorável a grupos da sociedade tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros e analfabetos, que crescem a taxas de 6,53%, 8% e 9,6%, respectivamente.

Exercícios empíricos comparando pessoas iguais em anos diferentes para isolar influências sociodemográficas observadas mostram que a série de renda controlada desde 2002 teve o seu maior salto entre 2011 e 2012.

**Sustentabilidade -** A estrutura longitudinal da PME permite medir o risco associado aos novos padrões de vida conquistados por cada família, como medida de sustentabilidade. A probabilidade de cruzar de baixo para cima a mediana de renda sobe em geral no período 2002 e 2012. Sai de 18,39% entre 2002 e 2003 e culmina em 30,11% entre 2011 e 2012, o ponto mais alto de ascensão individual da série. Enquanto isso, a probabilidade de queda cruzando a mediana perde força ao longo do tempo e cai à metade desde a recessão de 2002-2003 (24,21%) até se estabilizar num patamar em torno de 12% depois de 2007, chegando a 12,09% entre 2011 e 2012. Em suma, mais do que um período de relativa estabilidade de renda para cada indivíduo, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida.

**Percepção -** Por fim, a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de avaliações das pessoas com relação às suas vidas, visa obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Ou seja, não basta objetivamente melhorar de vida, também é preciso que as pessoas percebam essa melhora. Como as estatísticas produzidas no Brasil não dispõem em geral de informações quanto às percepções das pessoas, o Ipea foi a campo em outubro de 2012 e calculou índices globais de satisfação com a vida similares aos do Gallup World Poll. A pesquisa do Ipea mostra que a nota média de felicidade brasileira hoje é 7,1 numa escala de 0 a 10, o que nos colocaria em 16º lugar entre 147 países do globo segundo dados do Gallup World Poll de 2011. Segundo o Gallup World Poll, em 2010 a felicidade geral da nação era 6,8. Ou seja, a felicidade geral da nação brasileira evoluiu relativamente às demais nações.

A pesquisa mostra que a satisfação com a vida de quem vive com mais de 10 salários mínimos é 8,4, contra 6,5 de quem vive apenas com o mínimo. A nota dos sem renda é de apenas 3,7. Apesar de pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, a região Nordeste estaria em 9º lugar no ranking global, entre a Finlândia e a Bélgica. As notas médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,1 no Norte e 6,68 no Sudeste.

Em suma, podemos dizer, à luz das recomendações da comissão, que, apesar do retrocesso no avanço econômico brasileiro medido pelo PIB em 2012 se comparado ao período de ouro pós-recessão de 2003, a maioria de seus atributos desejáveis foi não só mantida como amplificada. A começar pela expansão da quantidade de crescimento da renda domiciliar *per capita*. Esse crescimento de 2012 não pode ser qualificado como menos inclusivo e sustentável do que aquele em vigor no período após 2003. Finalmente, indicadores de felicidade captados diretamente mostram avanços dos brasileiros entrevistados em suas casas, não apenas em termos da objetividade, mas também na expressão de sua subjetividade.

## VI - Posfácio

Segundo reza a lenda maia, o mundo iria terminar no dia 21/12/2012. Na verdade, o que os arqueólogos e estudiosos apontam é que a data indicaria apenas o fim do calendário ancião. A civilização maia apenas não conseguia projetar seus ciclos para além deste evento.

Similarmente, a economia brasileira, após anos de prosperidade, parece ter enfrentado o seu apocalipse particular neste mesmo dezembro de 2012. Após sucessivas tentativas de reaquecimento a partir da aplicação de um arsenal de medidas monetárias e fiscais expansionistas, constatou-se a ocorrência de um baixo crescimento do PIB, apelidado de "PIBinho".

Este trabalho sugere que, se ampliarmos os nossos instrumentos de mensuração de desempenho para além do PIB, seguindo as quatro novas direções apontadas pela comissão de internacional notáveis lideradas por Joseph Stiglitz e Amartya Sen, a sociedade tupiniquim, apesar dos pesares, não reduziu o seu ritmo de progresso em 2012.

## Bibliografia


BACHA, E. L. and TAYLOR, L. **Brazilian income distribution in the 1960s: Facts' model results and the controversy.** *Journal of Development Studies*, Vol. 14, Issue 3, pages 271 – 297, 1978.

BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R .P. de; NERI, M. C**. An Evaluation of The Measurement of Income and Expenditures in Brazilian Household Surveys: POF X PNAD**, Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria, 1995.

BARROS, R .P. de; MENDONÇA, R, Rosane; NERI, M. C**. Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada.** In: Economia Brasileira em Perspectiva 1996, Rio de Janeiro:

_____. **The duration of poverty spells.** *In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho,* ENABET, Anais..., 1996.
BRANCHFLOWER, D. G. "Happiness economics" *NBER Reporter: Research summary,* 2., 2008

CONTADOR, C. (2010), **Microinsurance in Brazil: Research Series.** Rio de Janeiro: Funenseg, 540p., Volume 1.

CARDOSO**,** E.; BARROS**,** R.; URANI**,** A. **Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s,** Chapter 5. *In:* DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), *Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-E*ast. Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

CASTEL, R., **La inseguridad social ¿Qué ES estar protegido***?,* Buenos Aires, Manantial. 2002.

DEATON, A. "**Income, Aging, Health and Wellbeing Around the World: Evidence from the Gallup World Poll**," NBER Working Paper No. 13317, National Bureau of Economic Research, Inc., 2007.

EASTERLIN, Richard A. "**Does economic growth improve the human lot? some empirical evidence**". University of Pennsylvania, 1974.

FREY, B. S.; STUTZER, A*.* "**The economics of happiness"***.* Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2002.

GASPARINI, L. **Different lives**: **inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean World Bank LAC Flagship Report 2003**. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

GRAHAM, Carol. **The Pursuit of Happiness: an Economy of Well-Being***.* Brookings Institution Press, 2011

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, Econômica 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, 2005.

IPEA. **A Década inclusiva (2001-2011):** desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília: Ipea, set. 2012a (Comunicado do Ipea, n. 155).

IPEA. **Boletim Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, Rio de Janeiro: Ipea, n. 53, nov. 2012b.

KAHNEMAN, D., DIENER, E.; SCHWARZ, N. (Eds.) "**Well-being: the foundations of hedonic *psychology"***. New York, Russell Sage Foundation, 1999.

KAHNEMAN, D., KRUEGER, A. B. "Developments in the measurement of subjective well-being" *Journal of Economic Perspective* 20(1) Winter, 2006.

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent Brazilian experience**. *World Development*, vol 38, N.6, 2010

LAYARD, R. **Happiness: lessons from a new science***,* Nueva York, Penguin Press. 2005

MDS. **Matriz de Informação Social.** Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acessado em 17 dez. 2012.

MILANOVIC, B. **Worlds Apart: measuring international and global inequality,** Princeton/Oxford, 2005.

MILANOVIC, B. **The Haves and the Have-Nots: a short and idiosyncratic history of global Inequality,** Basic Books, 2011.

MPS. **Boletim Estatístico da Previdência Social.** Brasília: MPS, vol. 17, n. 10, out. 2012.

NERI, M. C. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide**, Editora Saraiva, São Paulo, 2011. 312 p.

_____. **Ensaios Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003, v.1. p. 158.

PRAAG, Bernard M. S. Van & FERRER-I-CARBONELL, A. **Happiness Quantified: A satisfaction calculus approach**. *Revised Edition*. New York, Oxford University Press, 2008.
Sen, A. (1995) "Rationality and social choice" *American Economic Review* 85 (1).

SOARES, S. "Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004." ***Econômica*,** v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

STIGLITZ, J.; SEN, A e FITOUSI, **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. September, 2009.

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República